

**MICROCRÉDITO E A POBREZA URBANA NA CIDADE
DE MAPUTO: ESTUDO DE CASO DA SOCREMO**

Adelino Samuel Jane

Mestrado em Finanças

Orientador:

Prof. Doutor Luís Miguel da Silva Laureano, Prof. Assistente, ISCTE BusinessSchool,
Departamento de Finanças

Novembro de 2011

AGRADECIMENTOS

Para que este trabalho se tornasse uma realidade contei com a ajuda de pessoas singulares, entidades e organizações no geral;

Agradeço a Deus todo poderoso pela vida e saúde;

Agradeço ao Prof. Doutor Luís Miguel da Silva Laureano, meu supervisor, pelo apoio e acompanhamento durante todo o período que durou esta pesquisa, agradeço ao dr Hermenegildo Cofe pela disponibilidade, aos Gerentes das agências de Xipamanone, Baixa, Benfica e Xiquelene o meu muito obrigado;

O meu agradecimento estende-se a todos aqueles que directamente ou indirectamente apoiaram-me através de ideias, sugestões e até pelas suas dúvidas que despertaram em mim outras ideias.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu falecido pai Samuel Chindongue Jane, pela educação que me deu, que Deus o tenha junto de si e paz a sua alma, a minha querida mãe Ana Muzequetua Soda, por tudo o que uma mãe pode fazer por um filho, ao amor da minha vida, Nilza Isabel dos Santos Morais Jane pelo empenho e insistência para que nos momentos menos felizes pudesse encontrar a força para continuar a pesquisa, aos meus irmãos Ângelo, Georgina, Júlio, Angelina, Julieta, Sara, Pascual (já falecido), Isabel, Adelina, Octavio e Eduardo.

LISTA DE FIGURAS, GRAFICOS E TABELAS

Tabela 1: Taxa de juro nominal e efectiva.....	10
Tabela 2: Peso por ramo da actividade no PIB em %	15
Tabela 3: Peso de indicadores de despesa em % do PIB.....	16
Tabela 4: Variação Percentual de alguns indicadores Macroeconómicos em Moçambique	17
Tabela5 : Operadores Financeiros.....	26
Tabela 6: Distribuição de agência por províncias	27
Tabela 7: Distribuição do capital social da Socremo.....	39
Tabela 8: Estatísticas descritivas (idade).....	44
Tabela 9: Média dos valores de empréstimo	46
Tabela 10: Estatísticas descritivas	47
Tabela 11: Estatísticas Descritivas dos valores de empréstimo/Género	48
Tabela 12: Teste T de igualdade de médias.....	49
Tabela 13: Proveniência do beneficiário	51
Figura 1: Estimativas do relatório de Perspectivas da População Mundial das Nações Unidas (2006) Período: 2005-2010 esperança de vida a partir do nascimento (anos).	33
Figura 2: Mapa-múndi indicando o Índice de Desenvolvimento Humano (2010):	35
Gráfico 1: Curva das taxas	11
Gráfico 2: Distribuição dos entrevistados por género.....	45
Gráfico 3: Agregado familiar (P18: Qual é o seu agregado familiar?).....	46
Gráfico 4: Relação genero valor pedido.....	47
Gráfico 5: Empréstimos menores que 60 mil.....	48

LISTA DE FIGURAS, GRAFICOS E TABELAS

Gráfico 6: Chefe de agregado (P17: É chefe de Família?).....	50
Gráfico 7: Residência (P19: Em que bairro vive?).....	50
Gráfico 8: Propriedade de habitação (P17: Vive em casa própria ou arrendada?).....	51

ACRÓNOMOS

APB	Associação Portuguesa de Bancos
ABC	African Banking Corporation
ABSA	Amalgamated Banks of South Africa
BA	Banco Austral
BCI	Banco Comercial e de Investimento
BCM	Banco Comercial de Moçambique
BIM	Banco Internacional de Moçambique
BM	Banco de Moçambique
BNU	Banco Nacional Ultramarino
BPD	Banco Popular de Desenvolvimento
BPI	Bureau de Informação Pública
CD	Compact Disc
DVD	Digital Video Disc
CMCC	Créditos de Mobilização dos Créditos Comerciais
FMI	Fundo Monetário Internacional
ICM	Instituto de Credito de Moçambique
INE	Instituto Nacional de Estatística
IRPS	Inposto Sobre o Rendimentos de Pessoas Singulares
OGE	Orçamento Geral do Estado
ONG's	Organizações Não Governamentais
PARPA I	Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta I
PARPA II	Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta II
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e médias Empresas
PRE	Programa de Reabilitação Económica

ÍNDICE

Agradecimentos.....	I
Dedicatória.....	II
Lista de figuras, gráficos e tabelas.....	III
Acrónimos.....	V
Sumário	1
Abstract	2
1. Introdução	3
1.1.Problematização.....	4
1.2.Justificativa.....	5
1.3. Objectivos da pesquisa.....	5
1.3.1. Objectivo geral.....	5
1.3.2. Objectivos específicos.....	5
1.4. Pergunta de pesquisa:.....	5
<u>2. Metodologia.....</u>	<u>6</u>
2.1. Procedimentos metodológicos adoptados durante a pesquisa de campo.....	6
3. Revisão da literatura.....	6
3.1. A política de crédito da empresa.....	6
3.2. Os factores que influenciam as condições de crédito.....	6
3.3. Crédito.....	7
3.3.1. Crédito comercial ou crédito de fornecedores.....	7
3.3.2. O crédito bancário.....	7
3.3.3. Os bilhetes de tesouraria.....	10
3.4. Mercado de crédito.....	11
<u>3.5. Uma breve caracterização da economia moçambicana.....</u>	<u>13</u>

3.6. Sistema financeiro.....	15
3.6.1. Conceitos e caracterização do sistema financeiro.....	15
3.6.2 Mercado bancário.....	16
3.6.3 Funções dos bancos comerciais.....	17
3.7. O sistema financeiro moçambicano.....	18
3.7.1 Uma breve contextualização histórica.....	18
3.7.2 Problemas da economia planificada.....	19
3.7.3 Factores críticos.....	20
3.7.4 Medidas tomadas no sector financeiro.....	20
3.7.5 O programa de reabilitação económica (pre).....	21
3.7.6 A estrutura actual.....	22
3.8 O sistema bancário moçambicano e a oferta de crédito.....	23
3.8.1 Spreads bancários.....	23
3.8.2 Qualidade da carteira de crédito.....	24
3.8.3 Concentração bancária.....	24
3.9 Microcrédito.....	27
3.9.3 A sua origem.....	28
3.10 Microcrédito em moçambique.....	29
3.11 Pobreza.....	30
3.11.1 Medir a pobreza.....	31
3.11.2 Causas da pobreza.....	33
3.12. Crescimento económico.....	34
4. Estudo de caso socremo.....	35
4.1 A escolha deste banco de microfinanças.....	35
4.2 Historial.....	35
4.3 Missão / visão / valores.....	36

4.3.1 Missão:.....	36
4.3.2 Visão:	36
4.3.3 Valores.....	36
4.4 Capital social.....	37
4.4.1 Distribuição das agências em território nacional	37
4.4.2 Os clientes da socremo.....	37
4.4.3 Os planos de reembolso.....	37
4.4.4 Valor mínimo e máximo.....	38
4.4.5 As taxas de juros.....	38
4.5 Critérios usados para medir o risco do financiamento.....	38
4.6.1 Crédito habitação.....	39
4.7.1 Conta contigo júnior	39
4.7.3 Conta a ordem poupança.....	40
4.7.4 Conta a ordem empresas.....	40
4.7.5 Conta poupança futuro.....	40
4.7.6. Conta super poupança.....	40
4.8 Direitos do cliente socremo.....	41
5. Análise de dados	41
6. Conclusão.....	50
7. Recomendações.....	52
Bibliografia	53
Anexos	55

SUMÁRIO

Este trabalho é concebido numa altura em que o debate sobre a pobreza urbana está na ordem do dia, e como forma de dar resposta a algumas inquietações relativas à pobreza urbana, surgiu este trabalho.

Moçambique é um país que possui muitas assimetrias sociais, existe uma minoria que possui rendimentos muito altos, e uma maioria que tem dificuldades de ter acesso a água ou seja ainda não conseguem satisfazer as necessidades primárias, segundo a (pirâmide das necessidades de Maslow)¹, estes indivíduos, ainda estão na base da pirâmide.

Na cidade de Maputo, em particular, estas assimetrias estão mais expostas, e, é daí que se procura perceber o papel das instituições de microcrédito na minimização da pobreza urbana, as dificuldades com que se deparam aqueles que procuram esses serviços.

A questão de fundo que este trabalho procura responder é se as instituições de microcrédito estão a ajudar ou não no combate à pobreza urbana na cidade Maputo.

¹ A **hierarquia de necessidades de Maslow**, é uma divisão hierárquica proposta por Abraham Maslow, em que as necessidades de nível mais baixo devem ser satisfeitas antes das necessidades de nível mais alto.

ABSTRACT

This paper was conceived in a period when the debate about urban poverty is the order of the day, and also as a way to respond to some concerns regarding urban poverty, hence this research paper was perceived.

Mozambique is a country filled with social asymmetries, there is a minority with very high incomes, and a majority with difficulties to find drinking water, that is, who have not been able to meet their primary needs from the perspective of Maslow's hierarchy of needs.

The City of Maputo in particular is where this asymmetry is more evident, and thus it raises the quest for the role of microfinance institutions in the reduction of urban poverty, as well as the difficulties faced by those who seek these services.

The key question that this paper seeks to address is whether the microfinance institutions are helping, or not, in the fight against poverty in the City of Maputo.

1. INTRODUÇÃO

Em Moçambique, como em muitos países em via de desenvolvimento, existe muita pobreza urbana e que tem como origem, segundo o PARPA I e II a afluência da população rural às cidades, os governos que não estão comprometidos com o bem-estar do seu povo e a corrupção. Deste modo, o microcrédito aparece como a “tábua de salvação” para muitas famílias pobres e que devem usar o microcrédito para desenvolver actividades que podem trazer rendimento para o seio da família.

Para compreender o fenómeno de pobreza urbana, no caso particular de Moçambique, é preciso lembrar que o país sofreu uma guerra civil, que durou 16 anos, o que fez com que a população se refugiasse nas cidades e a maioria dos deslocados não estavam preparados para fazer face às exigências da vida da cidade, sendo que parte destes a única coisa que sabiam fazer era trabalhar a terra.

Com o fim da guerra e com muitas das infra-estruturas das zonas rurais destruídas tais como escolas, hospitais e cantinas, a maioria desses deslocados optaram por permanecer nas cidades adquirindo assim os hábitos, usos e costumes da cidade.

Passados 19 anos após a guerra civil² e 24 anos após a adesão de Moçambique à economia de mercado, verifica-se um novo fenómeno relacionado com as assimetrias de desenvolvimento. Neste contexto, a cidade de Maputo aparece como a última fronteira onde qualquer jovem moçambicano sonha com um futuro melhor, embora muitas vezes esse sonho acaba tornando-se num pesadelo.

Sabe-se também que em Moçambique a taxa de desemprego tal como em muitos países em via de desenvolvimento é muito elevada e muitos jovens vêm das suas províncias para a cidade de Maputo, com promessas de emprego por parte de algum familiar ou amigo, mas quando ali chegam deparam com a falta deste e são empurrados para a economia informal. O que faz com que haja muita gente nas ruas de Maputo a venderem os seus produtos, que variam entre leguminosas, frutas, doces, cigarros, roupas, sapatos, CD's e DVD's, entre outros, e na maioria produtos contrafeitos, fazendo com que a cidade de Maputo seja uma grande feira de venda desses produtos tirando assim a beleza e a estética da cidade. Assim sendo, existe um mercado para as instituições de microfinanças operarem na cidade de Maputo.

² Moçambique teve uma guerra civil que durou 16 anos, (1976-1992).

1.1. Problematização

A discussão sobre o acesso do microcrédito às populações mais pobres do meio urbano tem sido frequente, mas sem um consenso sobre as modalidades e o tipo de beneficiário.

Se por um lado este trabalho procura entender quem é o beneficiário destes serviços, a sua proveniência, por outro lado há uma necessidade de conhecer as taxas de juros praticadas pelas instituições de microcrédito, visto que os utentes destes serviços são indivíduos ou entidades com rendimentos baixos.

Deste modo, o risco a que as instituições de microcrédito estão expostos é bastante elevado pelo facto de a capacidade financeira da maioria dos cidadãos ou entidades que procuram esses serviços ser muito baixa.

Existe aqui um problema de fundo, como fazer com que o microcrédito sirva os interesses dos mais carenciados a nível financeiro? Pois, o microcrédito foi desenvolvido para tornar os serviços financeiros mais acessíveis às populações que tendo um rendimento baixo não têm acesso às instituições financeiras clássicas e que estes são por sinal os que apresentam maior risco de crédito.

Se por um lado sabe-se que há cada vez mais empresas de microfinanças no meio urbano, concretamente na cidade de Maputo, por outro lado a pobreza urbana aumenta diariamente.

As questões que este trabalho de pesquisa procurará entender estão relacionadas com o papel das organizações de microfinanças na redução da pobreza urbana na cidade de Maputo, as facilidades ou dificuldades com que se deparam os cidadãos que procuram esses serviços, quem é que procura por esses serviços e quais as taxas de juros praticadas.

Sob ponto de vista social esta pesquisa é importante porque vai contribuir para compreender melhor o fenómeno da pobreza urbana, em especial na cidade de Maputo e o papel que as microfinanças podem desempenhar na erradicação dessa pobreza. E sob ponto de vista de finanças empresariais a análise incidirá sobre se há ou não oportunidades para os pequenos empreendedores desenvolverem uma actividade empresarial por via do microcrédito.

1.2. Justificativa

Num mundo em constantes mudanças a informação torna-se um meio cada vez mais crucial para se atingir os objectivos preconizados.

No mercado moçambicano a informação sobre este tema é escassa e a pouca que existe não está disponível para os utentes, por isso, é importante que se explore mais esta área do microcrédito fazendo com que a informação chegue a todos os interessados, conhecendo as vantagens e desvantagens.

Como é sabido, grande parte da população moçambicana é analfabeta, mas isso não significa que não têm capacidade de desenvolver alguma actividade que crie rendimento. Por isso, a pesquisa pretende contribuir de alguma forma para que haja mais informação relativamente a microcréditos e consciencializar os académicos, os políticos, a sociedade em geral e especificamente as instituições de microfinanças na necessidade de se produzir mais informações sobre este tema.

1.3. Objectivos da pesquisa

1.3.1. Objectivo Geral

Analisar o papel do microcrédito na redução da pobreza urbana.

1.3.2. Objectivos específicos

Compreender o papel das instituições de microfinanças na redução da pobreza urbana, mais concretamente na cidade de Maputo;

Entender quais as facilidades e dificuldades com que se deparam os cidadãos que procuram os serviços de microcrédito;

Saber quem são os que procuram os serviços de microcrédito.

1.4. Pergunta de Pesquisa

O microcrédito tem contribuído para a melhoria das condições de vida dos seus beneficiários?

2. METODOLOGIA

2.1. Procedimentos metodológicos adoptados durante a pesquisa de campo.

Para atingir os objectivos propostos e responder à pergunta de pesquisa efectuou-se uma investigação monográfica usando a revisão bibliográfica, um estudo de caso, onde foi efectuado um questionário aos utentes de serviços de microcrédito, e, aos responsáveis por estes serviços foram realizadas entrevistas.

Foi usado o pacote informático SPSS para a análise dos dados.

3. REVISÃO DA LITERATURA

3.1. A política de Crédito da Empresa

A política de crédito de empresa desempenha um papel importante no crescimento das empresas. Segundo Josette Peyrard (1992), a política de crédito determina a importância das contas clientes e contas afins. Estas contas constituem um investimento e a sua dimensão real depende da sua rentabilidade. E como qualquer investimento tem como objectivo o aumento do valor da empresa, deve-se ter em conta o nível de risco. Assim, é de capital importância fazer uma análise do crédito da empresa para melhor compreender o crédito bancário.

3.2. Os factores que influenciam as condições de crédito

Para Josette Peyrard (1992), são vários os factores que influenciam as condições de crédito de empresa:

- A natureza do produto: o prazo do crédito concedido será mais longo para os bens de rotação lenta (ex. bens de equipamento);
- A situação do vendedor: as condições de crédito que concede dependem da sua situação financeira e do lugar que ocupa no mercado;
- A situação do comprador: certas grandes superfícies, por exemplo, obtêm prazos de pagamento mais alargados devido à importância das encomendas efectuadas.

3.3. Crédito

Para falar do microcrédito é importante compreender o crédito, os diferentes tipos de crédito que existem em particular nas Pequenas e Médias Empresas (PME), por serem essas que recorrem ao microcrédito. “Crédito é um mecanismo de empréstimos de fundos com a promessa de pagamentos futuros.” (Rose, 2000).

Neste âmbito existem três tipos de créditos: Crédito comercial; Crédito bancário e Bilhetes de tesouraria.

3.3.1. Crédito Comercial ou crédito de fornecedores

Esta forma de crédito, concedida à empresa pelos seus fornecedores, ocupa um lugar importante nas fontes de financiamento a curto prazo, sobretudo no que respeita às PME e às empresas em fase de crescimento rápido. Este crédito surge a partir do momento em que uma empresa recebe bens e serviços dos seus fornecedores sem que lhe seja solicitado o pagamento imediato.

Vantagens do crédito do fornecedor

Trata-se de um crédito automático, simples e é um crédito que se obtém rapidamente.

Alguns cuidados que se devem tomar com o crédito do fornecedor

A empresa fornecedora deve conhecer o seu cliente, certificar-se da sua solvabilidade assim como do risco que vai correr. A empresa compradora deve verificar o preço das mercadorias compradas a crédito se é ou não mais elevado.

3.3.2. O crédito bancário

Os créditos Bancários a curto prazo segundo Josette Peyrard (1992) são constituídos por: Créditos comerciais ou da empresa que se baseiam em créditos comerciais; e Créditos de tesouraria concedidos para necessidade de financiamento a curto prazo.

Os créditos baseados em créditos comerciais são: O desconto de efeitos comerciais; Os créditos de mobilização dos créditos comerciais (CMCC); Os créditos garantidos pela cessão de créditos; e o “*factoring*”. O desconto de efeitos comerciais é a operação de crédito através da qual um banco põe à disposição do portador de um efeito comercial não vencidos letra de câmbio (letra) ou promissória o montante desse efeito, tendo como proveito o facto de ser proprietário do crédito. Os créditos de

mobilização dos créditos comerciais é um instrumento que dissocia o instrumento de crédito do instrumento de cobrança dos créditos mobilizados. Convém particularmente às empresas que possuem fluxos regulares de créditos. Os créditos garantidos pela cessão de créditos decorrem da cessão de créditos efectuada pela transmissão de uma nota de cessão ou de fiança. Por último o “factoring” consiste na transferência de créditos comerciais a um factor que procede à cobrança e garante o resultado favorável da operação, mesmo em caso de insolvência do devedor.

Créditos de tesouraria

Este crédito tem por objectivo assegurar o equilíbrio de tesouraria corrente das empresas quando os créditos de mobilização dos créditos comerciais analisados anteriormente não são suficientes.

O **adiantamento ou desconto** é uma «Facilidade de caixa» concedida por um breve espaço de tempo de forma a enfrentar um desequilíbrio de alguns dias entre a data de vencimento de pagamentos e entradas em caixa. O montante destas facilidades depende do volume mensal de negócios e da situação financeira da sociedade. Geralmente, estes adiantamentos são concedidos sem qualquer garantia intrínseca. Se a empresa tiver necessidade de uma intervenção de carácter mais durável (até um ano), o banco pode conceder outros tipos de créditos muitas vezes de carácter mais especializado, e que a técnica afigura-se semelhante àquela utilizada para os descontos de efeitos: a empresa beneficiária subscreve uma promissória do banco que a desconta, deduzidos os ágios.

Os outros tipos de créditos de tesouraria

Descobertos providos de garantias adequadas; Descontos de efeitos com uma data de vencimento fixo ou descontos com “*warrant*”; Créditos “revolving”, isto é, renováveis, de modo a satisfazer as necessidades quase permanentes; Créditos de campanha, principalmente utilizados pelas empresas cujas necessidades sejam sazonais (indústrias de brinquedos, de açúcar, cervejaria...); Créditos destinados ao pagamento a pronto dos fornecedores; Crédito de importação; Créditos de substituição por obrigações caucionadas; Créditos de pré-financiamento de exportações e Crédito de financiamento de *stocks*.

Os custos de créditos bancários

A taxa de juro pedida depende das características da empresa. A determinação da taxa de juro efectiva de um empréstimo depende da taxa de juro e da maneira como o banco vai proceder à operação do cálculo. Se o juro é pago na data de vencimento do empréstimo, a taxa de juro estipulada e a taxa de juro efectiva são idênticas.

Exemplo:

Se para um empréstimo de 100.000,00Mz a uma taxa de 11% ao ano a firma reembolsa no final do ano 11.000,00Mzn ou seja as taxas de juros nominais e efectivas são idênticas e iguais a 11%.

$$100.000,00\text{MZN} \times 0,11 = 11.000,00\text{Mzn}$$

$$100.000,00\text{MZN} \times 0,11/12 = 916,6667 \text{ MZN/Mês}$$

$$12 \times 916,6667 = 11000,00\text{MZN de juros ao ano}$$

Se o empréstimo fosse reembolsado ao fim de nove meses, a taxa efectiva de juro i seria então:

$$\frac{i}{12} = \frac{11\%}{9} \leftrightarrow i = 14,67\%$$

Se o juro estipulado é deduzido por altura da concessão do empréstimo, a taxa efectiva do juro vai ser então acrescida:

Assim, se para um empréstimo de 100.000,00MZN ao ano a 11%, o empréstimo for reembolsado no final do ano, a taxa efectiva do juro será:

$$\frac{11000,00\text{Mzn}}{100000,00\text{Mzn} - 11000,00\text{Mzn}} = 12,36\%$$

É frequente os bancos solicitarem aos seus clientes que reembolsem mensalmente os juros em vez de o reembolsar à data de vencimento. Este procedimento duplica praticamente a taxa de juro estipulada, uma vez que a pessoa que pede o empréstimo só dispõe em média de metade. Assim a empresa que beneficia do empréstimo de 100.000,00Mzn, irá dispor de 100.000,00Mzn no primeiro mês, mas no final de 12 meses irá dispor somente de 8333,00Mzn

Disporá em média de:

$$\frac{100.000,00Mzn + 8.333,00Mzn}{2} = 54.166Mzn$$

A taxa efectiva de juro é igual a:

$$\frac{11.000,00Mzn}{54.166,00Mzn} = 20,31\%$$

O quadro que se segue reúne os resultados precedentes.

Tabela 1: Taxa de juro nominal e efectiva

Modalidades	Taxa de juro nominal	Taxa efectiva
Juros pagos na data de vencimento	11%	11%
Juros pagos no início	11%	12,36%
Empréstimo reembolsado no nono mês	11%	14,67%
Empréstimo reembolsado mensalmente	11%	20,31%

3.3.3. Os bilhetes de tesouraria

Os bilhetes de tesouraria foram criados em França em 1985. Os bilhetes de tesouraria representam um direito de crédito que traz juro. Os bilhetes são ao portador e são emitidos por um período determinado de tempo (10 dias a 2 anos). Estes têm um valor mínimo e são negociáveis. A regulamentação prevê que uma obrigação de substituição, permitida por um ou mais estabelecimentos de crédito, deve cobrir pelo menos 95% do aceite dos bilhetes de tesouraria em circulação.

As vantagens dos bilhetes de tesouraria para a empresa são:

- A taxa de juro é menos elevada que a dos créditos bancários;
- Há uma certa publicidade para a firma que recorre a este tipo de crédito.

Os bilhetes de tesouraria devem ser normalmente utilizados para a necessidade temporárias, cíclicas ou sazonais.

Vantagens e limites do endividamento a curto prazo

Relativamente aos custos as taxas de juro a curto prazo são mais baixas que as taxas a longo prazo,

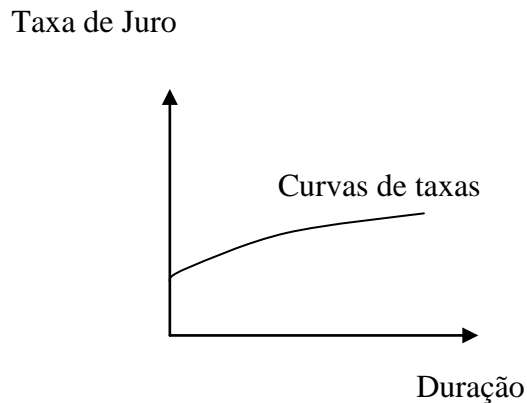


Gráfico I: Curva das taxas

Com o endividamento a curto prazo existe uma vantagem de custos. Os créditos a curto prazo oferecem mais flexibilidade às empresas. Deste modo, estão mais vocacionadas para financiar as necessidades a curto prazo, sazonais ou cíclicas.

Segundo João Carvalho das Neves (2006, 49), o risco pode ser definido como possibilidade de perda, e para Eugene F. Brigham (2000, 155), risco é a possibilidade de que algum acontecimento desfavorável venha a ocorrer. Uma dívida elevada a curto prazo expõe a empresa a um risco de liquidez. Com efeito a empresa deve reembolsar a dívida num prazo curto. Existe também o risco da taxa de juro. As taxas são mais voláteis a curto prazo do que a longo prazo. O aumento das taxas de juro poderá levar a empresa a encontrar-se numa situação financeira delicada se ela tiver de renovar os seus empréstimos a curto prazo.

3.4. Mercado de crédito

O mercado financeiro tem o propósito de canalizar recursos de forma eficiente entre aforradores e investidores. Ao nível microeconómico satisfaz as necessidades do presente e do futuro, realocando o rendimento dos agentes superavitários e deficitários, otimizando o bem-estar dos indivíduos e o desempenho económico dos agentes económicos. Ao nível macroeconómico, a sistematização dos fluxos de recursos viabiliza investimentos na produção, intervindo para a elevação do rendimento e da capacidade produtiva da economia.

O crédito é um dos principais mecanismos de intermediação praticados pelas instituições financeiras. Através dele acorda-se entre as partes interessadas (credor e tomador), a utilização de um determinado

montante de dinheiro durante um período de tempo. Remuneração a que o credor tem direito devido à concessão em forma de empréstimo do seu poder de compra presente é expressa pela taxa de juro.

A intertemporalidade subjacente neste tipo de transacção provoca uma série de imperfeição no mercado de crédito, diferenciando-o dos modelos do mercado competitivo. O crédito particulariza-se como um serviço cuja contrapartida do mutuário só se efectuará em determinado momento futuro, sendo que o credor não possui informação perfeita se a sua contraparte arcará com a sua responsabilidade. Resta-lhe a alternativa de se socorrer de instrumentos legais para fazer valer o contrato ou execução de garantias previstas nos casos de insolvência.

No mercado de crédito subsistem informações assimétricas entre as partes envolvidas na transacção (Stiglitz, J. and A. Weiss 1981)³. O tomador do empréstimo possui melhores condições de avaliar o risco envolvido no projecto financiado, além da sua disposição/capacidade de pagamento, do que o credor. Na literatura económica, os problemas causados pela assimetria da informação contemplam aqueles decorrentes da selecção adversa e do risco moral.

O facto de diferentes devedores possuírem diferentes probabilidades de arcar com as suas dívidas suscita problemas de selecção adversa. A selecção adversa ocorre quando a insuficiência de informação sobre os potenciais mutuários leva a uma má selecção dos projectos relativamente aos quais o financiamento é solicitado (Stiglitz, J. and A. Weiss.1981). O retorno do financiamento está correlacionado com a capacidade de pagamento desses mutuários, de forma que a instituição financeira desejaria poder identificar aqueles que têm menor probabilidade de risco de incumprimento.

Por ser difícil seleccionar bons mutuários, as instituições financeiras passam a recorrer a uma variedade de artifícios de protecção, aumentando assim o custo de transacção das operações.

Já o problema de risco moral consiste na não observância de determinadas atitudes, por parte do devedor, que interferem na sua capacidade de honrar a dívida contraída, pois, se o problema resultante da informação assimétrica ocorre depois da transacção financeira temos um problema de risco moral. O risco moral consiste na possibilidade do agente que contrai o empréstimo alterar o destino dos fundos a que inicialmente estavam destinados depois de o empréstimo ter sido concedido.

³ Fonte /www.ssrn.com/ Stiglitz, J. and A. Weiss.1981

Para se preservarem do risco moral, as instituições financeiras endurecem as suas exigências contratuais e garantias (Stiglitz J. 1990)⁴.

As instituições financeiras passam então a se valer de mecanismos de protecção para se precaverem de possíveis incumprimentos, acarretando o aumento de custos de transacção, com a sofisticação do sistema de avaliação de risco e adopção de rígidas exigências contratuais e garantias.

Estas medidas fragmentam o mercado financeiro, onde paralelamente ao segmento formal opera um outro não institucionalizado, que é caracterizado por alta dispersão de taxas de juro e pela sua actuação nas margens da legalidade.

O mercado financeiro regulamentado seria então composto por todas as instituições financeiras institucionalizadas, bancos comerciais, bancos de desenvolvimento e demais agências financeiras formais. O sector não regulamentado abarcaria os intermediários financeiros informais e não institucionalizados (neste inclui os agiotas, os credores familiares e muitas das organizações de microcrédito).

É assim que surgem os serviços de microcrédito inseridos no mercado financeiro não regulamentado, atendendo os micro e pequenos empreendimentos, propondo a alternativas para a avaliação de riscos e exigências de garantias (apresentando em parte, a solução para os problemas de selecção adversa e risco moral), o que os exclui do mercado financeiro formal (Von Stockhausen,1998)⁵.

3.5. Uma Breve Caracterização da Economia Moçambicana

Em Moçambique a agricultura é a base de desenvolvimento segundo o número um do artigo 103 da constituição moçambicana.

Este ramo de actividade teve no período 2006 a 2009 maior peso no produto interno bruto, tendo havido uma tendência crescente do peso do ramo de actividade agrícola. Isto explica-se pelo facto de a maioria da população moçambicana viver em zonas rurais e dependerem exclusivamente da agricultura para a sua sobrevivência.

⁴Fonte: /www.ssrn.com/ Stiglitz J. 1990

⁵ Fonte:/www.ssrn.com/ Von Stockhausen,1998

As tabelas abaixo apresentam um resumo dos grandes ramos de actividades agregados por categorias e peso de indicadores de despesa.

Tabela 2: Peso por ramo da actividade no PIB em %

Designação	2006	2007	2008	2009
Agricultura	23,9	23,8	25,0	25,3
Indústria Manufactureira	14,6	14,1	14,0	12,9
Transporte e comunicações	9,1	9,2	9,2	9,4
Indústria extractiva	1,3	1,4	1,4	1,3
Comercio	12,5	13,6	13,6	13,8
Serviços Financeiros	4,2	4,4	4,0	3,9
Turismo e serviços	1,4	1,5	1,6	1,5
Construção	2,9	2,9	2,9	2,8
Pesca	1,6	1,6	1,8	1,6

Fonte: INE

Tabela 3: Peso de indicadores de despesa em % do PIB

Designação	2006	2007	2008	2009
Consumo final	91,9	92,1	92,4	93,4
Consumo privado	79,5	80,1	80,1	80,5
Consumo final-governo	12,3	11,9	12,4	12,9
Formação bruta de capital fixo	17,7	16,1	16,5	16,5
Exportações	30,4	30,9	30,2	27,7
Bens	26,9	26,9	25,7	23,7
Serviços	3,5	4,0	4,5	4,1
Menos: Importações	39,3	38,2	40,3	36,1
Bens	31,9	30,0	31,0	27,7
Serviços	7,4	8,3	9,3	8,4
PIB	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE

O governo moçambicano assumiu o distrito como pólo de desenvolvimento, tendo disponibilizado para os distritos uma verba de sete milhões de Meticais por ano, sendo que a maior parte dos distritos moçambicanos são rurais ou seja a sua principal actividade é a agricultura.

Segundo (INE, 2007) 70% da população moçambicana vive nas zonas rurais, seria de esperar uma maior contribuição da agricultura em termos de PIB e por essa via este crescimento das zonas rurais poderia atrair mais jovens que vivem nas cidades, e iria também conter o fluxo de jovens que vão para as cidades à procura de melhores condições de vida e que acabam engrossando o número de desempregados, aumentando desta forma a pobreza urbana.

As causas da fraca contribuição do sector agrícola relativamente ao seu potencial não são de todo desconhecidas, factores como as vias de acesso, meios de transporte, manuseamento e conservação da produção, assim como a agricultura não mecanizada, ou seja de subsistência, encontram-se entre as principais causas da fraca contribuição deste sector para o PIB.

Tabela 4: Variação Percentual de alguns indicadores Macroeconómicos em Moçambique

Indicadores	2006	2007	2008	2009
Taxa de crescimento real do PIB	8.7	7.3	6.8	6.3
Inflação acumulada	8.13	12.10	11.82	2.25
Consumo Privado	4.5	7.5	8.7	4.6
PIB per capita	7.5	11.1	12.6	7,7

Fonte: INE

3.6. Sistema Financeiro

3.6.1. Conceitos e caracterização do sistema financeiro

Segundo (Peter S. Rose, 2000) o Sistema Financeiro (SF) pode ser definido como sendo o conjunto de instituições da economia que auxiliam o encontro dos agentes que possuem poupanças – agentes superavitários – com os que necessitam de recursos, cujo principal objectivo é permitir o movimento

de fundos emprestáveis entre eles. E, segundo a associação Portuguesa de Bancos (APB)⁶, o sistema financeiro compreende o conjunto de instituições financeiras que asseguram, essencialmente, a canalização da poupança para o investimento nos mercados financeiros, através da compra e venda de produtos financeiros.

A principal função do sistema financeiro é movimentar os fundos emprestáveis dos agentes que poupam (superavitários) para os que obtêm emprestado (deficitários) para adquirir bens e/ou serviços, e realizar investimentos para que a economia global cresça e aumente o modo de vida *standard* das populações. Sem o sistema financeiro e os fundos emprestáveis que o suportam, o crescimento económico seria muito reduzido e limitado, e os bens teriam de ser transaccionados no mercado à vista e as famílias e empresas teriam de se financiar a si próprias.

Assim, ao mobilizar os fundos dos agentes superavitários para os agentes deficitários, canalizando-os para o sector produtivo, o sistema financeiro possibilita a transferência de recursos económicos no tempo e no espaço, além-fronteiras e entre sectores, facilitando também por esta via a gestão de riscos através da diversificação. Os riscos surgem porque os agentes superavitários têm um horizonte de investimento muito curto enquanto as empresas (agentes deficitários) tem um horizonte longo, assim os intermediários assumindo parte dos riscos do investimento, tornam possível a diversificação.

Desta forma, o Sistema Financeiro determina tanto os custos de crédito bem como a quantidade de crédito que estará disponível. Quando o custo de crédito cresce regista-se um decréscimo na actividade económica. Em contraste, quando o custo do crédito decresce, e os fundos emprestáveis ficam disponíveis mais rapidamente, os gastos totais aumentam, mais empregos são criados e o crescimento económico acelera.

Tendo em conta estes aspectos, pode dizer-se que o SF é um dos pilares do desenvolvimento económico das sociedades e, é o espelho do desenvolvimento económico, visto que o custo e a quantidade de crédito são factores-chave para impulsionar o crescimento económico.

3.6.2 Mercado Bancário

O sistema financeiro é composto por vários intermediários, contudo grande parte da literatura da área apresenta uma certa tendência em colocar os bancos comerciais como sendo os representantes

⁶ Fonte: <http://www.apb.pt/> (associação portuguesa de bancos)

legítimos do sistema financeiro. As instituições bancárias oferecem ao público serviços de depósito com crédito, assim como uma lista cada vez crescente e inovadora dos serviços financeiros.

A importância dos bancos comerciais pode ser atribuída ao facto destas permanecerem como o principal meio de efectuar pagamentos, através da verificação de contas (demanda de depósitos), cartões de crédito, e outros. Outro factor que acentua a sua importância é a sua habilidade para criar moeda – Moeda Bancária – através do excesso das reservas que sobram dos depósitos do público.

Os bancos são o canal principal para transmissão das políticas monetárias. Por ocuparem uma posição chave nos sistemas de pagamento e crédito das economias capitalistas e serem instituições com fins lucrativos, estas devem estar sempre submetidas ao controlo do Estado por via de uma regulamentação eficiente. Os bancos centrais implementam políticas de modo a efectuar as taxas de juro e a quantidade de crédito disponível na economia, alterando principalmente o nível e o crescimento das reservas detidas pelos bancos e outras instituições depositárias.

Actualmente, os bancos comerciais são a principal fonte de crédito para o consumo (para indivíduos e famílias), e uma importante fonte de empréstimos a pequenas e médias empresas.

3.6.3 Funções dos Bancos Comerciais.

Segundo (Negri, 1984) Bancos são agentes de produção indirecta que operam no mercado de crédito desenvolvendo uma actividade de intermediação conjuntamente com a prestação de numerosos serviços diversos.

Os bancos agem principalmente no mercado monetário, isto é, no campo das negociações de capitais a curto prazo. No entanto, em algumas secções deste também operam nos mercados de capitais, ou seja, no campo das negociações de médio ou longo prazo.

No que se refere às funções, o autor em questão sistematiza em económicas as seguintes funções:

- Crédito – a principal actividade dos bancos. Estes recebem sistematicamente depósitos e concedem crédito, estimulando a formação de poupanças e capital, canalizando-as para os agentes deficitários;
- Monetárias – estas instituições criaram meios de pagamentos que encontram grande difusão no comércio, levando à criação da chamada Moeda Bancária;

- Serviços financeiros – oferecem aos seus clientes uma gama cada vez mais alargada de serviços “complementares” e “colaterais”, o primeiro de carácter tradicionalmente bancário e, o segundo do tipo para-bancário (leasing, aluguer de cofres, *factoring*, etc.).

Segundo Negri (2000: 22) os bancos desempenham ainda uma função social, ao estimularem as poupanças com campanhas de educação e convencimento direccionadas para as actividades produtivas de modo a facilitar a expansão do sistema económico. De um modo geral estes constituem o ponto de transmissão das políticas económicas, adoptadas pelas autoridades centrais. Investem também em títulos públicos, financiando deste modo as despesas públicas.

No passado, e em muitas situações ainda hoje, os bancos comerciais operavam em sectores bem delimitados dos mercados financeiros, criando a distinção entre intermediários bancários e não bancários. Com a liberalização dos mercados financeiros, muitos bancos comerciais envolveram-se em actividades antes dedicadas aos intermediários não bancários, como as empresas seguradoras, mercado de títulos, etc., sendo assim conhecida como a não especialização dos intermediários financeiros. Este fenómeno ocorre principalmente nos sistemas financeiros mais desenvolvidos, mas também é presente, ainda que de uma forma ainda tímida, nos sistemas menos sofisticados, como é o caso do sistema moçambicano, onde já os bancos oferecem produtos não tipicamente bancários.

3.7. O Sistema Financeiro Moçambicano

3.7.1 Uma breve contextualização histórica

Moçambique, assim como a maioria dos países africanos estiveram até 1975 sob os regimes coloniais. A 25 de Junho de 1975 Moçambique é um país independente, tornando-se numa República Popular, de orientação socialista e que se inspira no marxismo-leninismo que é uma concepção científica filosófica, económica e política, com um regime de partido único, até Novembro de 1990, data da entrada em vigor da constituição que instaurou o regime democrático multipartidário e um sistema de economia de mercado.

No entanto, o período logo a seguir à independência foi um período de grandes turbulências, caracterizado pela saída do país da população europeia, entre 1975 e 1976. Esta situação acabou por desequilibrar a evolução económica do país, criando uma grave lacuna de falta de quadros. A evolução da situação económica de Moçambique passou a estar intimamente ligada a evolução da situação política, enfrentando situações de:

- Saída de técnicos e operários especializados;
- O saque em massa das poupanças das contas bancárias da população de origem Europeia e Asiática;
- Inundações de 1977 – 1978 e as secas de 1981 – 1983 devastaram enormes áreas agrícolas na região do sul do país.

Moçambique aplicou sanções económicas contra os regimes de *apartheid*⁷ da África do Sul e do Ian Smith da Rodésia (actual Zimbabwe), sendo que estes países são uma fonte importante de divisas para o país devido à localização geográfica de Moçambique junto à costa do oceano Índico, e com três portos importantes nomeadamente Nacala, Beira e Maputo.

A conjugação de todos estes factores provocou a primeira crise económica do país independente, caracterizada principalmente por um decréscimo dos níveis de produção dos sectores primário, secundário e terciário.

De forma a evitar o colapso total da economia moçambicana foram tomadas medidas tais como a criação de um estado baseado nos princípios do socialismo que advogam a criação de uma Economia Planificada e Centralizada⁸.

3.7.2 Problemas da economia planificada

Para existir uma economia planificada é preciso que todos os meios de produção sejam estatizados. Em consequência disso o estado passa a ser o proprietário de todas as empresas importantes: Bancos, Indústrias, e meios de transporte. E através de planos económicos decidem como, quando, e onde serão vendidos os produtos. O elemento principal dessa economia são os planos (quinquenais). Na economia planificada não existe mercado de capitais (bolsa de valores, compra e venda de acções), porque as empresas são estatais. Não existe mercado de trabalho (oferta e procura de empregos) o plano leva em conta o número de trabalhadores e o aumento de empregos. Quando o trabalhador fica sem emprego ele recebe o pleno emprego que é um pagamento enquanto ele não consegue um emprego.

As economias planificadas ou seja estatizadas entraram em uma crise profunda. Hoje na maioria dos estados já não existem mais economias planificadas. Houve uma série de

⁷ Regime de segregação racial da África do Sul

⁸ Fonte: www.mf.gov.mz

modificações no sentido de introduzir o capitalismo na economia: reintrodução no mercado de trabalho e capital, maior diferença salarial, e maior liberdade das empresas⁹.

3.7.3 Factores Críticos

A burocratização que acompanha a centralização é um dos principais factores que levam a economia planificada à crise. Todas as normas passam a vir dos órgãos de planificações e dos planos. Assim as pessoas com poder de decisão acabam perdendo capacidade de iniciativa. Deixam de tomar decisões para se tornar meros cumpridores de ordem, com o tempo perdem a criatividade e a autonomia, apenas representam aquilo que consta no plano em vigor, mesmo que essas determinações sejam duvidosas ou incorrectas. O resultado é que o processo emperra por falta de flexibilidade. A única preocupação do burocrata é de cumprir metas estabelecidas por sua empresa, ou seja, os consumidores eram desfavorecidos. Um plano, onde o seu cumprimento é muitas vezes forjado, ou seja falsificado, directores alteram números no plano de metas.

3.7.4 Medidas tomadas no sector financeiro

No sector financeiro foram tomadas medidas que centralizaram o controlo, sendo que foram intervencionadas as seguintes instituições:

- Instituto de Crédito de Moçambique;
- Monte Pio de Moçambique;
- Banco Nacional Ultramarino (que funcionava como representante oficial do banco de Portugal);
- Banco Pinto & Sotto Maior.

O Banco Nacional Ultramarino (BNU) transformou-se em Banco de Moçambique (BM) e, o Instituto de Crédito de Moçambique (ICM) em Banco Popular de Desenvolvimento (BPD), sendo que as restantes duas deixaram de operar. Do período da colonização, apenas o Banco Santander Totta não sofreu intervenção.

⁹Fonte: <http://www.angelfire.com/pro/economiaplanificada/>

O sistema financeiro moçambicano caracterizou-se até finais da década de 80 pelo número reduzido de bancos comerciais (apenas três) e, cerca de 95% do negócio bancário representados pelos bancos controlados pelo Estado.

Durante os anos 80 e o princípio dos anos 90, o sistema bancário funcionava quase como braço operativo do orçamento geral do estado (OGE) e quase todo o crédito disponível era alocado em empresas estatais não rentáveis.

As taxas de juro reais eram negativas, os níveis de poupanças baixos e, os bancos haviam acumulado um volume significativo de crédito mal parado¹⁰.

3.7.5 O Programa de Reabilitação Económica (PRE)

Em 1980, o país trocou a sua moeda de Escudo para Metical, que sofreu desvalorizações no final da década pela adesão do país ao FMI. E ainda no início desta década, havia sido lançada a campanha de dez anos, denominada de “Vitória ao Subdesenvolvimento”. No entanto, esta campanha foi deixada de lado em Janeiro de 1987 e adoptado o PRE – Programa de Reabilitação Económica – que tinha o prazo de duração 3 anos. Este programa visava reverter a situação, cada vez mais degradante da economia e, do desempenho das firmas. O programa envolvia as seguintes reformas: Jurídico-institucional de modo a liberalizar e, diversificar as actividades do sector, do mesmo modo que atrai capitais estrangeiros; Políticas financeiras; Privatização dos bancos estatais e, uma maior abertura no sector financeiro.

A implementação do PRE deveu-se principalmente à necessidade da liberalização da economia.

Depois de 1992, um dos principais objectivos do programa de reforma económica do Governo foi a resolução de deficiências e problemas no sector financeiro, o que permitiu que os bancos estrangeiros investissem em Moçambique, com taxas de juros desregulamentadas.

Uma avaliação efectuada pelo governo no período de 1986 à 1990 indicou que o output de todos os sectores da economia nacional estava a decrescer apesar das políticas tomadas anteriormente. Como resultado tomou-se a decisão de reestruturar o sector empresarial e privatizar as empresas estatais.

Em 1992, devido à dificuldade em conciliar as actividades divergentes de bancos central e comercial, e a necessidade da criação de um banco central expurgado das funções comerciais, culminaram com a separação das actividades de banco comercial e central (BM).

¹⁰Fonte: www.mf.gov.mz

Com a lei 1/92¹¹, são separadas as funções do Banco de Moçambique que passa a desempenhar apenas a função de banco central e regulador do sistema financeiro. Foi também criado, neste âmbito, o novo banco comercial de Moçambique, SARL (BCM, SARL). No final dos anos 90, permitiu-se a entrada de capital privado, através da privatização das participações maioritárias dos maiores bancos comerciais. Em 1996, o BCM foi adquirido por um grupo de investidores estrangeiros liderados pelo Grupo Mello de Portugal, e em 1997 o BPD foi vendido a uma banco da Malásia e a investidores moçambicanos, sendo que este alterou a sua designação para Banco Austral. Surge em 1997 também um novo banco, o BCI, sendo que os accionistas eram maioritariamente o grupo caixa geral de depósitos de Portugal.

No final do ano 2000 uma crise bancária importante atingiu o sistema bancário moçambicano, sendo o BCM – Banco Comercial de Moçambique e o BA – Banco Austral, considerados insolventes. De modo evitar uma insolvência completa, e um impacto considerável sobre o sistema financeiro moçambicano, o Governo organizou uma operação de resgate (*bail-out*) com um custo elevado: cerca de USA 128 milhões em 2001, equivalente a 4% de PIB nacional. Esta operação trouxe algumas consequências para a inflação, e também sobre o passivo do estado. O BA foi posteriormente vendido a uma banco sul-africano, e o stock de empréstimos problemáticos/insolventes foi transferido para uma conta do tesouro. O BCM foi posteriormente adquirido pelo grupo BIM.

3.7.6 A Estrutura Actual

Dadas as características predominantes do sistema financeiro moçambicano, pode-se dizer que este é baseado no modelo alemão – baseado no crédito bancário privado – sendo que, o mercado de capitais moçambicano é ainda muito pouco desenvolvido. A abertura da bolsa de valores moçambicana só se deu em finais de 1999, resultante das reformas financeiras no país.

Não obstante as modificações registadas no sector bancário moçambicano, este é ainda considerado relativamente pequeno – existem 12 bancos comerciais, 11 agências cooperativas e, 58 operadores de micro crédito (2006) – assim bastante concentrado. A maior instituição possui 40% dos activos totais da banca; 90% dos activos e passivos da banca é possuído por apenas seis instituições nomeadamente: ABC, BA, BCI Fomento, Millennium BIM, e Standard Bank.

¹¹ Lei 1/92, de 3 de Janeiro - Lei Orgânica do Banco - que define a natureza, objectivos e funções do Banco Moçambique como Banco Central

Os bancos em Moçambique são considerados rentáveis e bem capitalizados, no entanto estão muito vulneráveis face ao risco de crédito no país¹².

3.8 O Sistema Bancário Moçambicano e a Oferta de Crédito

O objectivo do governo, aquando da liberalização financeira, foi o de promover a expansão das operações de crédito, e deste modo através da entrada de novos agentes no mercado resultasse numa redução nos *spreads* bancários bem como nas taxas de juros.

O crédito concedido pelo sistema financeiro tem tido um comportamento relativamente heterogéneo desde o início da década em análise. Até finais de 2004, o crédito total concedido a economia registou taxas de crescimento modestas, próximo do zero, ocorrendo numa altura de preferência pelo crédito em moeda estrangeira em detrimento dos financiamentos em meticais.

A introdução do aviso nº 5/2005¹³ reduziu a exposição dos bancos e credores em cobertura de riscos adequada, neste caso cambial, observando-se um crescimento progressivo do crédito concedido em moeda nacional, e o inverso na moeda externa.

3.8.1 Spreads Bancários

Os *spreads* representam a diferença entre a taxa de aplicação nas operações de empréstimos e nas taxas de captação de recursos pelas instituições financeiras. A evolução dos *spreads* bancários demonstra um comportamento irregular, sendo que no ano de 2002 atinge-se ao pico mais alto com 9,86%. Isso pode ser justificado pelo facto de que as medidas restritivas em relação à política monetária terem-se traduzido numa redução de liquidez resultando num crescimento nas taxas de juros activas – as taxas de empréstimo a 180 dias cresceram 5 pontos percentuais e as de 1 ano em 2 pontos percentuais – tendo como consequência o crescimento dos *spreads* bancários, visto ainda que as taxas de juros passivas (depósitos) sofreram duas descidas ao longo do mesmo ano.

Por sua vez, a queda mais acentuada nos *spreads* ocorre em 2004 (5,47%), tendo como justificação a tendência decrescente das taxas de juro activas conjugadas com um período de estabilidade do Metical

¹²Fonte: www.mf.gov.mz

¹³ Aviso nº 5/GGBM/2005, de 20 de Maio – Aviso que fixa as provisões especiais a constituir pela concessão de crédito em moeda estrangeira

e baixa inflação. No entanto, apesar de se ter registado um decréscimo considerável, os spreads bancários ainda são considerados elevados, mesmo para níveis regionais¹⁴.

3.8.2 Qualidade da carteira de crédito

De modo a avaliar a qualidade da carteira de crédito dos bancos comerciais, foi escolhido o rácio crédito vencido e/ou duvidoso/crédito total (%), que demonstra da quantidade do crédito oferecido à economia moçambicana, qual é o volume que se torna crédito moroso.

3.8.3 Concentração Bancária

Não obstante a reformas impostas ao sector, decorrentes tanto da liberalização financeira bem como da crise bancária, o sistema bancário moçambicano é ainda considerado muito pequeno e bastante concentrado. Logo após a liberalização financeira, o sector bancário registou uma abertura a investimentos estrangeiros, ficando no entanto, os maiores bancos comerciais (na altura) dos quais – BCM e o BPD propriedade maioritárias em 1996 e 1997, respectivamente.

Registando-se a crise bancária no país, a grande preocupação das autoridades competentes, para além de controlar a situação de modo a evitar o colapso total do sistema financeiro moçambicano, era abrir ainda mais o sector aos investimentos estrangeiros, culminando com a aquisição do BCM pelo grupo BIM (através da venda das participações do Grupo Mello de Portugal, que também desapareceu) e a venda do BA a um grupo de investidores sul-africanos, transformando-se em Banco Austral – Membro do ABSA. Esta abertura no sistema bancário moçambicano resultou na dominância por investimentos estrangeiros, principalmente o investimento português e sul-africano, do sistema bancário nacional.

Ainda que novos anos tenham surgido decorrente da abertura do mercado bancário, este ainda é bastante concentrado, sendo que é pouco disperso geograficamente, concentrando-se mais nas principais cidades do país – Maputo, Beira e Nampula – e com os maiores bancos comerciais a deterem cerca de 95% da quota de mercado e do total dos activos totais do sistema.

Segundo estatísticas até Dezembro de 2006 existiam os seguintes operadores financeiros no país:

¹⁴ Fonte: <http://www.bancomoc.mz/>

Tabela 5 – Operadores Financeiros

Operadores Financeiros	Nº de Agencias
Bancos Comerciais	12
Casas de Câmbio	20
Agencias Cooperactivas	11
Entidades habilitadas ao exer. De Funções de crédito	20
Operadores de micro-credito	58
Representação de inst. De cred. c/ sede no estrang.	1
Sociedades de Admn. de Compras em Grupo	1
Sociedades de Gestão de Capitais de risco	1
Sociedades de Investimento	1
Sociedade de Locação Financeira	3

Fonte: Relatório do BPI; Novembro 2007

Ainda que o número de operadores financeiros tenha registado acréscimos, cerca de 80% do território nacional não possui qualquer agência bancária. A tabela seguinte demonstra a distribuição de agências, reforçando o argumento de que não obstante o esforço, a economia moçambicana possui ainda um baixo desenvolvimento bancário.

Tabela 6: Distribuição de agência por províncias

Província	Nº de Agências	Peso em %
Cidade de Maputo	103	45
Província de Maputo	18	8
Gaza	14	6
Inhambane	13	6
Sofala	22	10
Manica	12	5
Tete	8	4
Zambézia	4	10
Nampula	17	7
Niassa	7	3
Cabo-Delgado	4	2
Total	228	100

Fonte: Relatório do BPI, Novembro de 2007

Como se pode observar na Tabela 6, a cidade de Maputo ocupa o destaque e a preferência das agências bancárias, contribuindo com cerca de 45% no peso total do número de agências, segue-se Sofala, que possui a segunda maior cidade do país – Beira – que contribui com 10% para o peso total.

Porém, as outras províncias apresentam percentagens bastante baixas, chegando a apresentar valores como 2% para o nível de desenvolvimento bancário e 96% para a percentagem da província sem qualquer agência bancária, para o caso de Niassa¹⁵.

¹⁵ Fonte: www.bip.gov.mz

3.9 Microcrédito

O dicionário Universal de Língua Portuguesa define o Crédito como a possibilidade de adquirir dinheiro por empréstimo a pagar passado certo prazo, o microcrédito é neste caso a possibilidade de aquisição de dinheiro por empréstimo a pagar numa data futura mas com características próprias. Assim sendo, o microcrédito é uma alternativa de crédito para os empreendedores do sector formal e informal, que não têm acesso ao sistema formal de crédito (a banca tradicional) e desejam montar, ampliar ou melhorar seu negócio.

O microcrédito é um pequeno empréstimo bancário destinado a apoiar pessoas que não têm acesso ao crédito bancário normal, mas querem desenvolver uma actividade económica por conta própria e, para isso, reúnem condições e capacidades pessoais, que antecipam o êxito da iniciativa que pretendem tomar. O microcrédito tem a aparência de um pequeno crédito, que o é, mas é muito mais do que isso. Não basta ser pequeno para que o crédito seja microcrédito. Para que o seja tem que, adicionalmente, respeitar as seguintes características:

- Quanto aos destinatários: são pessoas, que não têm acesso ao crédito bancário normal e desejam realizar um pequeno investimento, tendente à criação de um negócio através do qual pretendem criar o seu próprio emprego;
- A iniciativa de investimento a que se propõem tem virtudes para se poder vir a transformar numa actividade sustentável, capaz de gerar um excedente de rendimento e assim garantir o reembolso do capital emprestado.

O processo do microcrédito não consiste apenas na atribuição do crédito; os candidatos têm a garantia de apoio na preparação do dossier de investimento e, após o financiamento, na resolução dos problemas com que se possam confrontar com o desenvolvimento do negócio¹⁶.

3.9.1 Características do microcrédito

O acesso é rápido; a taxa cobrada é mais atractiva relativamente ao mercado tradicional; não requer planos de negócios complexos; os questionários para os procedimentos de aplicação são simples; e geralmente envolve pequenos montantes.

¹⁶ Fonte: www.microcredito.com.pt

3.9.2 A sua origem

Os primeiros registos que se conhecem da manifestação de microcrédito ocorreram no sul da Alemanha em 1846. Denominada Associação do Pão, ela foi criada pelo pastor Raiffeinsen que, após um rigoroso inverno, deixou os agricultores locais endividados e na dependência de agiotas. O pastor cedeu-lhes farinha de trigo para que, com a fabricação e comercialização do pão, pudessem obter o fundo maneio. Com o passar do tempo, a associação cresceu e transformou-se numa cooperativa de crédito para a população pobre.

Em 1900, um jornalista da Assembleia Legislativa de Quebec criou as “Caisses Populaires” que, com ajuda de 12 amigos, reuniu o montante inicial de 26 dólares canadianos para emprestar aos mais pobres. Actualmente, estão associados às “Caisses Populaires” cinco milhões de pessoas, em 1,329 mil agências.

Nos Estados Unidos, em 1953, Walter Krump, presidente de uma metalúrgica de Chicago, criou os “Fundos de Ajuda” nos departamentos das fábricas, onde cada operário participante depositava mensalmente US\$1,00, destinado a atender aos associados necessitados. Posteriormente, os Fundos de Ajuda foram consolidados e transformados no que foi denominado Liga de Crédito. Após esta iniciativa, outras se sucederam, existindo, actualmente, a Federação das Ligas de Crédito, operadas nacionalmente e em outros países.

Muitas outras manifestações pontuais e isoladas com características de microcrédito devem ter ocorrido ao redor do planeta. Porém, o grande marco que desenvolveu, difundiu e serviu de modelo para popularizar o microcrédito foi a experiência iniciada em 1976 em Bangladesh pelo professor Muhamad Yunus. Observando que os pequenos empreendedores das aldeias próximas à universidade onde leccionava eram reféns dos agiotas, pagando juros extorsivos e, mesmo assim, pagando correctamente, o professor Yunus começou a emprestar a essas pessoas pequenas quantias com recursos pessoais, que depois ampliou, contraindo empréstimos.

A acção prosperou tanto que deu origem, em 1978, ao Grameen Bank que hoje em dia empresta um total de 2,4 bilhões de dólares em microcréditos para cerca de 2,3 milhões de empreendedores de pequeno porte, que vão ampliando as oportunidades de realização de negócios. Os princípios, a filosofia da actuação e as estratégias para garantir o retorno dos valores emprestados foram

aprimorados na prática durante longos anos de gestação e actuação do Grameen Bank. Com adaptações locais, este modelo foi adoptado em diversos países.

Nos anos que antecederam a criação do Grameen Bank, entre 1974 a 1976, Yunus começou por colocar em marcha o projecto agrícola experimental da “partilha tripartida”, mas, cedo, ele se apercebe da utopia dessa solução e vira-se para os mais pobres dos pobres. Com seu próprio dinheiro e a ajuda de seus alunos, o professor Yunus iniciou um trabalho de concessão de empréstimos a uma parcela daquela população pobre, concedendo US\$27,00 por grupo de pessoas.

Ao provar que os pobres são merecedores de crédito, no sentido de confiança e recursos financeiros, e que pagam seus pequenos empréstimos destinados a actividades produtivas, o professor Yunus conseguiu financiamentos e doações junto dos bancos privados e internacionais para criar o Banco Grameen. Este representa o modelo actual de microcrédito, definido como financiamento aos microprodutores via grupos solidários que prestam garantia mútua, dispensando a garantia tradicional dos bancos.

O crédito é evolutivo, podendo iniciar com US\$10,00. Porém, a média de empréstimo é de US\$100,00. As mulheres representam 96% dos clientes do Banco. Doze milhões de cidadãos de Bangladesh já foram atendidos pelos programas do Grameen.

O microcrédito diversificou-se, abrindo linhas de crédito à habitação, produtos de poupança, seguros de saúde e crédito para a aquisição de equipamentos de energia solar e telemóveis. Começaram a nascer novas empresas no universo do Grameen Bank, vocacionadas para as pescas, a indústria têxtil, as telecomunicações, as energias renováveis e a internet¹⁷.

3.10 Microcrédito em Moçambique

A história do microcrédito de forma mais institucionalizado em Moçambique é relativamente recente, mas sempre existiram formas menos institucionalizados. Segundo José Psico (2010) existem outras formas informais de financiamento nomeadamente:

¹⁷ Fonte: <http://microcredito.wordpress.com/origem-do-microcredito/>

- O “*Xitique*” - é uma forma de poupança obrigatória dentro de um grupo, sendo importante a pressão pelos pares para aumentar o autocontrolo dos gastos. Este grupo é constituído por 4 a 10 pessoas, sendo amigos ou familiares;
- “*Associações funerárias*” - este esquema funciona em grupos de 20 a 30 pessoas, frequentemente provenientes da mesma família. Cada um dos membros paga um valor mensal. Em caso de falecimento os membros do fundo e seus familiares directos-cônjuge, pais e filhos têm direito a um caixão.
- “*Agiotas*” - que concedem créditos individuais em valores. A garantia usada é a boa reputação do tomador, cheques pré-datados e haveres pessoais. São pagas altas taxas de juro, mensalmente.

3.11 Pobreza

À semelhança do que se verifica na generalidade dos países, Moçambique tem assistido, nas últimas décadas, a pressões demográficas que obrigam as cidades a transformações permanentes. Desde sempre, as cidades foram consideradas como centros de desenvolvimento económico, cultural e civilizacional (Faísca, Freitas e Maia, 1992). A cidade torna-se mais que nos campos, um território de disponibilidades, um território social. A maneira como as pessoas se agrupam para viver é diferente da maneira como residem e convivem no campo. É daqui que surge o urbanismo.

“O aspecto demográfico do urbanismo é constituído pelos habitantes que das áreas rurais vêm chegando à cidade para aí se fixarem e trabalharem (...) O mais característico do urbanismo, como é entendido actualmente, não é, todavia, a concentração geográfica, nem o número elevado de pessoas que vão viver em cada núcleo, mas a possibilidade enorme de relações e comunicações entre as pessoas numa determinada área.” (Gameiro, 1987: 124)

Desta forma, a cidade começa a ser o modo de vida preferido para as sociedades. O significado social do urbanismo começa a ser muito plural, principiando uma espécie de mentalidade colectiva da qual as pessoas se identificam. Como tal, a urbe vai ser, cada vez mais, um espaço muito instável, frágil e violento, de tensões sociais, tornando-se portanto, num espaço de disputa social.

Deste ponto de vista e, segundo Mingione *apud* Mela (1999: 108), podemos considerar como pobreza a “ideia de que, por diversas razões e períodos de tempo variáveis, uma parte da população não tem

acesso a recursos suficientes para lhe permitir sobreviver a um nível de vida mínimo, determinado histórica e geograficamente, que conduz a consequências graves em termos de comportamento e relações sociais.”

Definição segundo o PARPA I: Define a pobreza como sendo incapacidade dos indivíduos de assegurar para si e os seus dependentes um conjunto de condições mínimas para a sua subsistência e bem-estar, segundo as normas da sociedade.

Definição segundo o PARPA II: Impossibilidade por incapacidade, ou por falta de oportunidade de indivíduos, famílias e comunidades de terem acesso a condições mínimas, segundo as normas básicas da sociedade.

- Outras definições: Falta de rendimentos necessários para a satisfação das necessidades alimentares e não alimentares básicas. (*Pobreza Absoluta, em termos de rendimento*); Falta de rendimento suficiente para satisfação das necessidades alimentares e não alimentares essenciais, de acordo com as normas de sociedade. (*Pobreza Relativa*);
- Falta de condições humanas básicas, como o analfabetismo, má nutrição, esperança de vida reduzida, saúde materna fraca, incidência de doenças de possível prevenção. Esta definição relaciona-se com as medidas indirectas da pobreza tais como acesso a bens, serviços e infra-estruturas necessárias para atingir condições humanas básicas. saneamento, água potável, educação, comunicações, energia, etc. (*Pobreza Humana*);
- Carência material; tipicamente envolvendo as necessidades da vida quotidiana como alimentação, vestuário, alojamento e cuidados de saúde. Pobreza neste sentido pode ser entendida como a carência de bens e serviços essenciais.

3.11.1 Medir a pobreza

Apesar da pobreza mais severa se encontrar nos países subdesenvolvidos, esta existe em todas as regiões. Nos países desenvolvidos manifesta-se na existência dos sem-abrigo e de subúrbios pobres. A pobreza pode ser vista como uma condição colectiva de pessoas pobres, grupos, e mesmo de nações. Para evitar este estigma essas nações são chamadas normalmente países em desenvolvimento.

A pobreza pode ser absoluta ou relativa. A pobreza absoluta refere-se a um nível que é consistente ao longo do tempo e entre países. Um exemplo de um indicador de pobreza absoluta é a percentagem de

pessoas com uma ingestão diária de calorias inferior ao mínimo necessário (aproximadamente 2000/2500 quilocalorias).

O Banco Mundial define a pobreza extrema como viver com menos de 1 dólar por dia e pobreza moderada como viver com entre 1 e 2 dólares por dia. Estima-se que 1 bilhão e 100 milhões de pessoas a nível mundial tenham níveis de consumo inferiores a 1 dólar por dia e que 2 bilhões e 700 milhões tenham um nível inferior a 2 dólares.

A percentagem da população dos países em desenvolvimento a viver na pobreza extrema diminuiu de 28 para 21 por cento entre 1990 e 2001. Essa redução deu-se fundamentalmente na Ásia Oriental e do Sul. Na África Subsaariana (parte sul do continente africano) o PIB per capita diminuiu 14% e o número de pessoas a viver em pobreza extrema aumentou de 41% para 44% entre 1981 e 2001¹⁸.

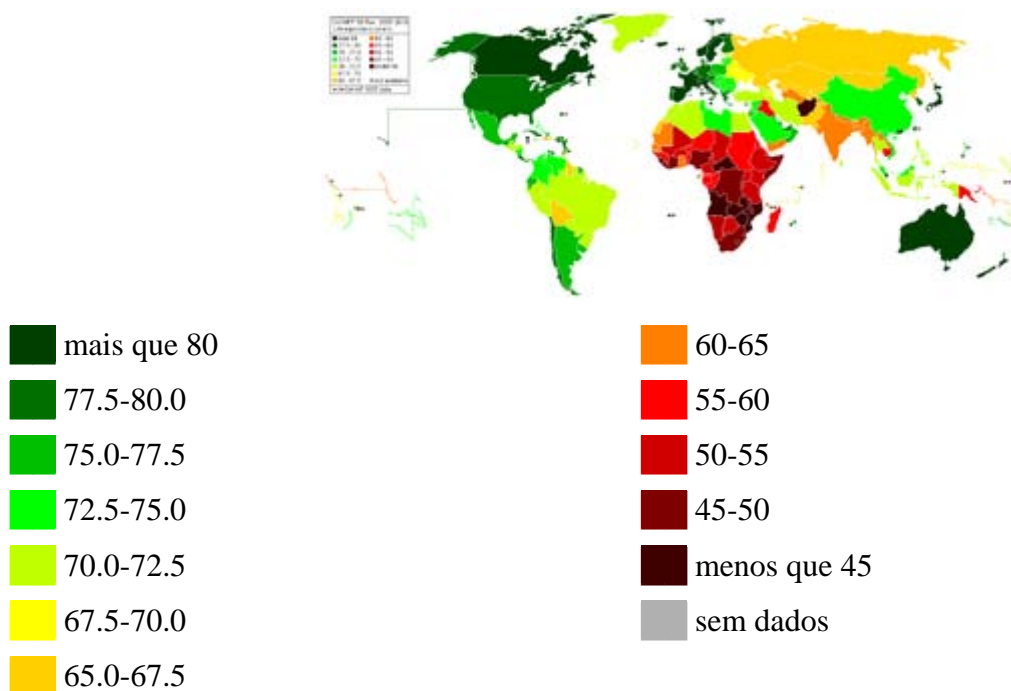


Figura I: Estimativas do relatório de Perspectivas da População Mundial das Nações Unidas

(2006) Período: 2005-2010 esperança de vida a partir do nascimento (anos).

¹⁸ Fonte: *Wikipédia*, a enciclopédia livre

3.11.2 Causas da pobreza

A pobreza não resulta de uma única causa mas de um conjunto de factores, como:

- Factores político-legais: corrupção, inexistência ou mau funcionamento de um sistema democrático, fraca igualdade de oportunidades;
- Factores económicos: sistema fiscal inadequado, representando um peso excessivo sobre a economia ou sendo socialmente injusto; a própria pobreza, que prejudica o investimento e o desenvolvimento, economia dependente de um único produto.
- Factores sócio-culturais: Reduzida instrução, discriminação social relativa ao género ou à raça, valores predominantes na sociedade, exclusão social, crescimento muito rápido da população.
- Factores naturais: Desastres naturais, climas ou relevos extremos, doenças.
- Problemas de Saúde: Adesão a droga ou alcoolismo, doenças mentais, doenças da pobreza como a SIDA e a malária; deficiências físicas.
- Factores históricos: Colonialismo, passado de autoritarismo político.
- Insegurança: Guerra, genocídio, crime.

Muitas das consequências da pobreza são também causas da mesma criando o ciclo da pobreza. Algumas delas são: Fome, baixa esperança de vida, doenças, falta de oportunidades de emprego, carência de água potável e de saneamento, maiores riscos de instabilidade política e violência, emigração, existência de discriminação social contra grupos vulneráveis, existência de pessoas sem-abrigo e depressão.

O combate à pobreza é normalmente considerado um objectivo social e geralmente os governos dedicam-lhe uma atenção significativa¹⁹.

¹⁹ Fonte: *Wikipédia*, a enciclopédia livre.

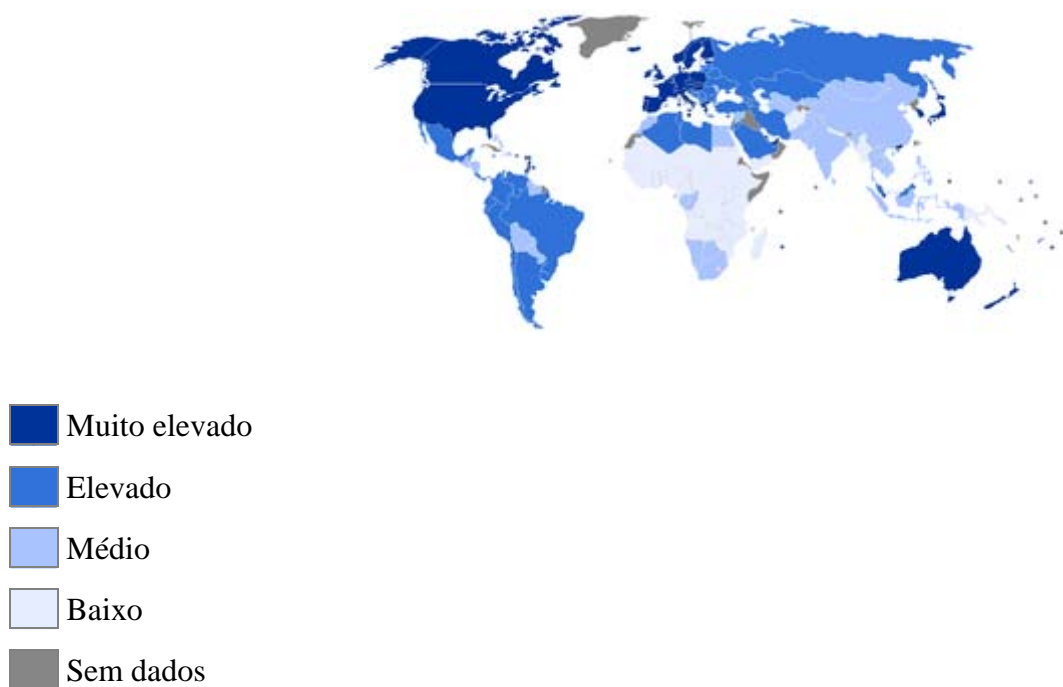


Figura 2: Mapa-múndi indicando o Índice de Desenvolvimento Humano (2010)

3.12. Crescimento económico

A estratégia do Banco Mundial contra a pobreza depende grandemente da promoção do crescimento económico, considerando, contudo algumas reservas relativamente ao seu impacto só por si. O Banco Mundial defende com base em vários estudos que:

- O crescimento económico é fundamental para a redução da pobreza e em princípio não cria desigualdades;
- O crescimento acompanhado de políticas sociais é melhor do que apenas crescimento;
- Uma desigualdade inicial elevada prejudica a redução da pobreza no futuro;
- A pobreza é ela própria uma barreira à sua própria diminuição.

Índices internacionais como o Relatório Global da Competitividade, o Índice da Facilidade em Realizar Negócios ou o Índice de Liberdade Económica sugerem uma série de condições que ajudam a aumentar o crescimento e a reduzir a pobreza.

Muitos empresários e académicos defendem a redução das barreiras para a criação de empresas e a redução das limitações à sua actividade como factores importantes para a criação de emprego e para trazer mais pessoas para a economia formal.

Os governos podem ajudar os necessitados. Nos países ocidentais, durante o século XX foram implementadas numerosas medidas que construíram o chamado Estado Social, beneficiando especialmente os idosos e as pessoas com deficiência. A caridade particular é também muito importante, sendo muitas vezes encorajada pelos governos.

4. ESTUDO DE CASO: SOCREMO

SOCREMO – BANCO DE MICROFINANÇAS, SA é um banco, especializado em microfinanças, aberto em Moçambique desde 1998, e com a sua sede localizada na avenida 24 de Julho, nº426, cidade de Maputo.

4.1 A escolha deste banco de microfinanças

A escolha deste banco de microfinanças, deveu-se ao facto de este banco existir em vários bairros da cidade de Maputo, incluindo os bairros periféricos da cidade onde a maioria da população residente vive no limiar da pobreza. Assim sendo, para o que se pretende analisar, este banco oferece as melhores condições de estudo.

4.2 Historial

Em 26 de Maio de 1998, o Socremo estabeleceu-se em Maputo com a designação de Sociedade de Créditos de Moçambique. Apresentou um crescimento regular desde a sua fundação, e no ano de 2003, a sociedade de créditos transformou-se num Banco de Microfinanças denominado SOCREMO - Banco de Microfinanças, SA, e quatro anos depois, registou um aumento na carteira de crédito na ordem dos 410% para 397.2 milhões de meticais. Sendo que a carteira de depósitos em 2003 era inexistente, em 2007, a carteira de depósitos cresceu 323.5%, atingindo 173.1 milhões de Meticais. Este crescimento continuou em 2008 e em Março do mesmo ano, contava com 223 milhões de Meticais (com crescimento desde Dezembro de 2007 de 29%).

Estes 13 anos no mercado moçambicano garantiram um crescimento faseado, e desde o ano de 2007, o Socremo é uma estrutura bancária que se tem vindo a afirmar pela rapidez, eficiência e rentabilidade dos produtos versus serviços oferecidos aos seus clientes, destacando-se sobretudo no crédito concedido a pequenas e médias empresas, bem como nas competitivas taxas de juros para contas poupanças, situando-se estas muito acima da inflação.

A principal actividade é o microcrédito a pequenas e medias empresas assim como a particulares, recebimento de depósitos e aplicações, embora este produto seja residual para o Banco. O Banco está presente em território moçambicano representado por 13 filiais, onde emprega 340 funcionários²⁰.

4.3 Missão / Visão / Valores

4.3.1 Missão

Mobilizar recursos de forma a maximizar valor, oferecendo serviços, produtos e soluções adequadas ao mercado e aos seus clientes, com Tecnologia de Crédito pioneira adequada aos empreendedores moçambicanos.

4.3.2 Visão

Ser referência nacional no mercado financeiro moçambicano, reconhecido como especialista em tecnologia de Microfinanças, criador de capacitação de quadros eficientes e criador de rentabilidade de negócio, com ênfase em esforços multidimensionais de interação entre clientes, colaboradores, fornecedores e a sociedade em geral, com objectivo de criar valor acrescentado aos seus accionistas.

4.3.3 Valores

Sólido; Exigente; Especialista; Eficaz; Dedicado;

Com tecnologia de crédito adequada aos empreendedores moçambicanos;

Respeito e valorização dos colaboradores.

²⁰Fonte: www.socrema.com

4.4 Capital Social

O Capital social da SOCREMO é de **152,366,319.91**, onde 13,40% representa o capital da GAPI 13,4% Africap 39,30%, Nordic MicroCap, 11,7% e Norfund 35,60%.

Tabela 7: distribuição do capital social da Socremo

Capital Social	Acções	Capital	%
GAPI	203,738	20,373,872.73	13,4
Africap	599,129	59,912,916.40	39,3
Nordic MicroCap	177,869	17,786,910.76	11,7
Norfund	542,926	54,292,620.02	35,6
Total	1,523,663	152,366,319.91	100

Fonte: Socremo

4.4.1 Distribuição das agências em território nacional

A SOCREMO possui treze agências em Moçambique sendo seis agências na província de Maputo, (2 agências fora da cidade de Maputo, nomeadamente Boane e Matola, 4 na cidade de Maputo nomeadamente Baixa, Xiquelene, Benfica e Xipamanine), na província de Gaza (Xai-Xai), na província de Inhambane são (Maxixe e Inhambane), na província de Manica (Chimoio e de Manica), na província de Sofala (Beira) e na província de Tete (Tete).

4.4.2 Os clientes da SOCREMO

Os clientes da SOCREMO são cidadãos moçambicanos e estrangeiros com baixo rendimento, clientes com negócios informais sem acesso a banca formal (falta de licenciamento, registos contabilísticos, etc.) e clientes desprovidos de garantias reais exigidas nos bancos tradicionais. Os requisitos para um cliente ter um empréstimo neste banco são: ter casa própria ou ter um avalista, e, se for um cidadão estrangeiro e porque estes tem dificuldade de ter casa própria e até de conseguir um avalista, poderá apresentar garantias que podem ser bens domésticos, equipamento e stock de mercadoria não perecível. As áreas de negócio prioritárias para o microcrédito são as áreas do comércio e serviços porque trata-se de áreas com menor risco e com negócios que geram fluxos de caixa regulares.

4.4.3 Os planos de reembolso

Os planos de reembolso normalmente contratados são de rendas mensais com o prazo de pagamento que varia de 3 a 24 meses, sendo o prazo médio de 12 meses.

4.4.4 Valor mínimo e máximo

Para o serviço de microcrédito o valor mínimo contratado é de 5.000,00Mtn e o máximo de 350.000,00Mtn, no entanto os valores mais procurados estão no intervalo de 10.000,00Mtn à 50.000,00Mtn, na sua maioria microempresas, constituídas pelo dono que tem em alguns casos outro rendimento ou seja em muito dos casos é funcionário público e um trabalhador.

4.4.5 As taxas de juros

As taxas de juros variam, dependendo do montante, isto é, de 5.000,00Mtn até 50.000,00Mtn é aplicada uma taxa de juro de 70% anuais o que significa pagar uma taxa mensal de 5,80% e de 51.000,00Mtn até 350.000,00Mtn uma taxa de 66% ao ano o que significa pagar 5,50% ao mês.

4.5 Critérios usados para medir o risco do financiamento

Para medir o risco de financiamento, a Socremo consulta a Central de Risco de Crédito-CRC gerido pelo Banco de Moçambique. A Socremo possui também gestores de clietes que fazem a verificação da viabilidade do negócio, vai ao domicílio do requerente para certificar o conteúdo do processo de crédito, essa verificação ocorre após a aprovação do comité²¹ mas antes de desembolso, fixa-se os rácios prudenciais de grau de financiamento e serviços da dívida e a espontaneidade do cliente em dar informações e documentos necessários para a avaliação.

4.6 Condições de acesso ao Crédito Socremo

A maior vantagem competitiva da Socremo relativamente aos bancos comerciais é a flexibilidade dos seus serviços de crédito, num período máximo de 5 dias o requerente fica a saber a resposta bastando para isso ter um avalista se ainda não começou com o negócio, e se já tiver um negócio este tem que estar a funcionar no mínimo há seis meses. O requerente deve também ser portador do comprovativo de negócio (Alvará e Licença) e comprovativo de residência (podendo ser recibo de água, da luz e ou de telefone). O microcrédito é extensivo aos negócios ambulantes, e para a agricultura, mas no que concerne a agricultura não inclui a sementeira.

Para além do crédito que tem como finalidade o negócio a Socremo possui outros serviços de crédito.

²¹ Um grupo de gestores que analisa o risco de financiamento

4.6.1 Crédito Habitação

Em Moçambique como em muitos países Africanos a habitação é um problema que afecta a população mas em particular a juventude, porque os estados são pobres e não conseguem construir casas para as suas populações, sendo assim os jovens recorrem ao crédito habitação. A Socremo, ciente desta necessidade, tem o crédito habitação que tem como o prazo mínimo de 3 meses e como prazo máximo 24 meses os valores variam de 5.000,00Mtn a 1.000.000,00Mtn. As taxas de juros variam consoante o valor requerido.

Para ter acesso ao crédito habitação o requerente tem que ser o proprietário da habitação, podendo ter outro proprietário. Basta que tenha um documento que comprove a estabilidade do domicílio. Não há obrigatoriedade do salário estar domiciliado numa conta Socremo, e, após a sua solicitação e da apresentação de toda a documentação necessária, o Banco procede à respectiva análise, sendo a resposta dada pelo Banco num máximo de 5 dias úteis.

4.6.2 Crédito a Pequenas e Médias Empresas (PME)

A Socremo também apoia as Pequenas e Médias Empresas que, não reunindo as condições exigidas pelos bancos comerciais, ou pelo facto de saberem que a Socremo é muito rápido em dar a resposta, procuram esta última para alavancarem os seus negócios.

Para ter acesso ao crédito PME, o requerente deve ter o comprovativo do negócio (alvará e licença), comprovativo de residência, podendo ser o recibo da água, luz e recibo de telefone.

Relativamente às garantias para o crédito PME, podem ser imóveis, bens móveis, stocks e outro tipo de bens que o cliente possui. Para este crédito a resposta também é dada após a respectiva análise documental num máximo de 5 dias úteis, e este crédito é disponibilizado para todas as áreas de negócio.

4.7 Outros serviços

A Socremo possui vários serviços tais como:

4.7.1 Conta contigo Júnior

A conta contigo Júnior é a conta poupança que os pais podem abrir em nome dos filhos e que só pode ser movimentada quando o titular alcançar 18 anos, e só em casos de condições de invalidez ou morte

é que é possível movimentar a conta. Esta conta pode ser aderida desde que a criança tenha a sua identificação.

4.7.2 Conta a ordens particulares

A conta à ordem Socremo é uma conta sem custos de manutenção, o extracto dos movimentos e saldos são gratuitos e pode movimentar a conta à ordem Socremo dirigindo-se às agências ou através do E-Banking Socremo. Pode-se também fazer transferências para todos os bancos moçambicanos. Para isso basta deslocar-se a uma agência e preencher o formulário de transferência.

4.7.3 Conta à ordem poupança

O plano de poupança Socremo oferece 11% de rentabilidade anual, este é o plano ideal para quem pretende ter uma rentabilidade assegurada e sem qualquer risco. Esta conta não tem custos de manutenção, os extractos são gratuitos e para movimentar a conta basta ir às agências ou através do e-Banking Socremo. Pode-se também fazer transferências para todos os bancos moçambicanos. Para isso basta deslocar-se a uma agência e preencher o formulário de transferência.

4.7.4 Conta à Ordem Empresas

A conta à ordem empresa Socremo não tem custos de manutenção, os funcionários da empresa podem ter o seu ordenado domiciliado nesta conta e com a vantagem de obtenção do crédito.

4.7.5 Conta Poupança Futuro

É uma conta que permite rentabilidades mensais com benefícios que asseguram taxas de juro muito acima do mercado.

4.7.6. Conta Super Poupança

A conta super poupança Socremo é um depósito a prazo fixo com as maiores taxas de juro do mercado. As vantagens de ter um depósito a prazo no Socremo são ter garantia de uma remuneração de taxa garantida, flexibilidade na escolha do prazo mais conveniente e conhecer o rendimento a obter. O Socremo aplica nesta conta a fiscalidade vigente em Moçambique, onde desconta a referida taxa por obrigação do governo moçambicano: taxa de IRPS de 10% para depósito a prazo de particulares e taxa de IRPS de 20% para depósitos a prazo para empresas.

Para abrir conta super poupança basta contactar os promotores Socremo, que através de um serviço personalizado, o promotor vai ao encontro do cliente, esta conta não tem qualquer tipo de comissão, e

se pretender fazer levantamentos ou cancelamentos antecipados é cobrado um desconto de juros de 5% do capital, mas não há qualquer penalização no seu capital.

4.8 Direitos do Cliente Socremo

O cliente deve ser respeitado e tratado com educação. Os produtos e serviços devem ser esclarecidos pelos colaboradores Socremo de uma forma clara e eficiente. Os dados pessoais devem ser tratados com o máximo de confidencialidade e não deverá existir discriminação.

5. ANÁLISE DE DADOS

Com o objectivo de analisar a contribuição dos microcréditos na melhoria da vida dos seus beneficiários e, desta forma, avaliar a *performance* das instituições provedoras deste serviço no cumprimento do seu objectivo primeiro que é fornecer produtos financeiros a indivíduos de baixo rendimento, foi recolhida uma amostra de 103 beneficiários de microcrédito de uma instituição vocacionada e a operar no mercado moçambicano há 13 anos.

Dos beneficiários entrevistados, 59% eram homens e os restantes do sexo feminino (Gráfico 2). No tocante à idade, verificou-se que, em média, os entrevistados tinham 42 anos aproximadamente, com um desvio padrão em relação à média de 9 anos. O beneficiário mais novo tinha 26 anos e o mais velho 81 anos. A idade mais frequente entre os entrevistados (9%) tinha 36 anos e 75% tinham idades abaixo de 47 anos. Verifica-se, portanto, que grande parte dos beneficiários dos serviços de microcrédito são indivíduos relativamente jovens.

Tabela 8: Estatísticas descritivas (idade)

Medidas	Estatísticas
N	103
Média	41,6
Moda	36
Desvio-Padrão	9,4
Simetria	1,169
Erro Padrão de Simetria	,238
Idade Mínima	26
Idade Máxima	81
Percentis 25	36
50	40
75	47

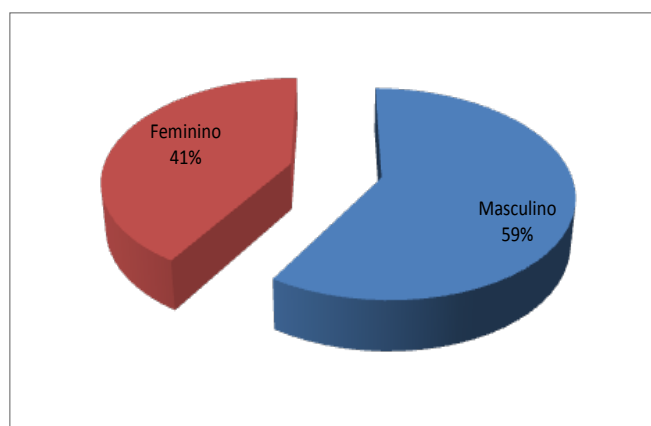


Gráfico 2: Distribuição dos entrevistados por género.

A maioria dos entrevistados captados para amostra é composta por indivíduos jovens, além de que a população moçambicana é maioritariamente jovem, esta constatação poderá dever-se ao facto de que para a obtenção do microcrédito a idade constitui um dos requisitos fundamentais e também porque esta camada é a mais visada nos programas de empreendedorismo e inovação que são levadas a cabo principalmente pelo Governo e ONG's com vista a promover o auto-emprego.

No que concerne à presença de uma maioria masculina na amostra, este facto pode prender-se essencialmente com questões culturais próprios da realidade moçambicana ou mesmo africana em que o homem é quem trata dos assuntos ligados ao sustento, rendimento e a busca de recursos familiares.

Em relação ao agregado familiar (Gráfico 3), verificou-se que 53% dos inqueridos tinham um agregado que varia de 3 a 5 pessoas, 37% tinham um agregado de 6 ou mais e 10% tinham uns agregados de 1 a 2 pessoas.

O facto de a maioria dos entrevistados ter um agregado entre 3 a 5 elementos pode parecer desenquadrado com a realidade moçambicana uma vez que as famílias moçambicanas são muitas vezes alargadas e compostas por um número considerável de membros. Porém, a amostra, como se constatou anteriormente, é composta maioritariamente por jovens que muitas vezes estão no início da construção das suas famílias. Mais, estes números encontram-se próximos da média nacional de agregado familiar que é de 5 elementos segundo o relatório do censo populacional de 2007 produzido pelo INE.

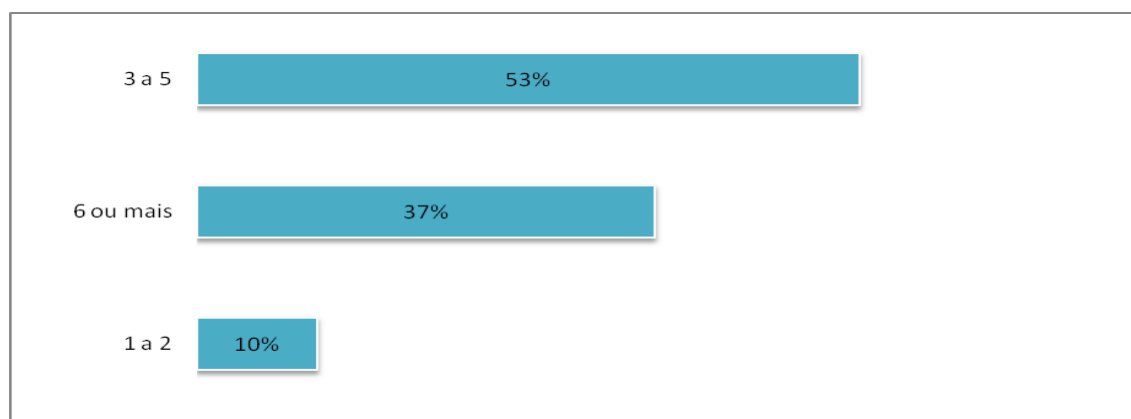


Gráfico 3: Agregado familiar

Quanto à responsabilidade no seio da família (Gráfico 6), 97% responderam que eram chefes da família e os restantes não tinham responsabilidade familiar.

Apesar de a maioria dos inquiridos ser homem e chefe de família, os resultados mostram que, a quantia concedida para empréstimo, em média, não parece influenciada pelo género. Da Tabela 9, verificou-se que, em média, a quantia de empréstimo ronda os 49.000 Mtn com um desvio padrão em relação à média de aproximadamente 70.000 Mtn. O montante de empréstimo mais frequente é de 10.000 Mtn e o mínimo é de 3.000 e máximo de 350.000 Mtn. Verificou-se também que 50% dos beneficiários têm empréstimos abaixo de 20.000 Mtn. Estes resultados fazem presumir a existência de valores extremos no conjunto de valores de empréstimo no total de inquiridos.

Tabela 9: Média dos valores de empréstimo

N	103
Média	49252,4
Mediana	20000
Moda	10000
Desvio-Padrão	69770,6
Mínimo	3000
Máximo	350000
Percentis 25	10000
50	20000
75	50000

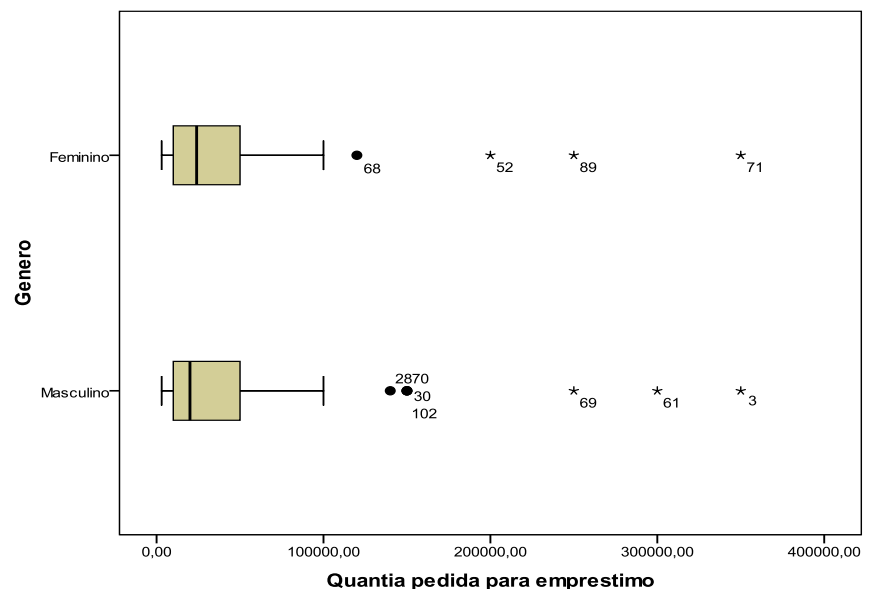


Gráfico 4: Relação género valor pedido

Com efeito, tanto para beneficiários do sexo masculino como feminino, os conjuntos de valores de empréstimo, na sua maioria, variam entre 3.000 Mtn e 10.000 Mtn. Foi possível constatar a presença de *outliers* ou valores extremos nas distribuições de valores de empréstimo nas duas populações.

Para uma análise mais realista, com vista a apurar a ocorrência (ou não) de diferenças significativas nos valores médios de empréstimo concedido para indivíduos do sexo masculino e feminino do ponto de vista estatístico, foi necessário admitir um “tecto” até ao qual se pudesse considerar microcrédito.

Neste caso considerou-se o valor de 60.000 Mtn (aproximadamente 80% dos beneficiários possuíam empréstimos iguais ou abaixo desse valor).

Tabela 10: Estatísticas descritivas

N	80
Média	19.963
Mediana	15.000
Moda	10.000,0
Desvio-padrão	14.685
Mínimo	3.000
Máximo	60.000
Percentis	25 10.000
	50 15.000
	75 30.000

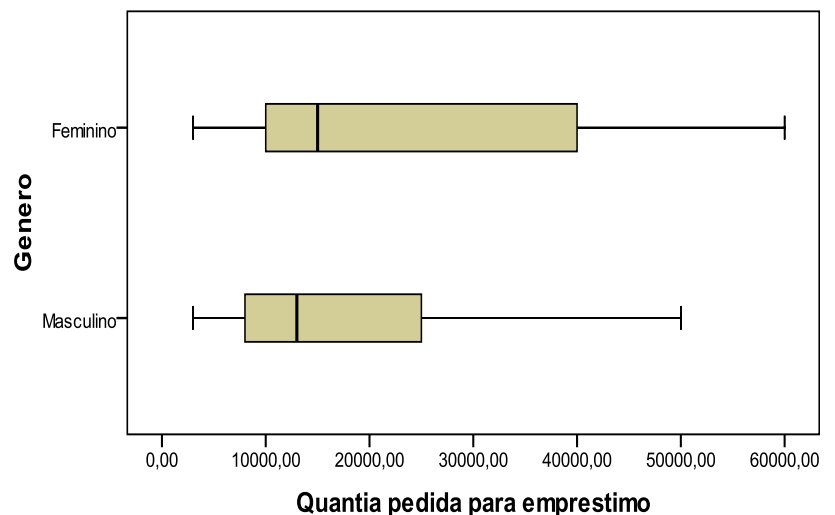


Gráfico 5: Empréstimos menores que 60 mil.

Com esta restrição, foi possível verificar que, para 80% dos beneficiários, o valor médio de empréstimo era cerca de 20.000 Mtn, a moda 10.000 Mtn e 75% tinham empréstimos abaixo de 30.000,00 Mtn. Mais ainda, a maioria dos beneficiários, de ambos os sexos, têm empréstimos em redor de 10.000,00 Mtn.

Tabela 11: Estatísticas Descritivas dos valores de empréstimo/Gênero

Gênero		N	Média	Desvio-Padrão
Quantia pedida para empréstimo	Masculino	46	17.652,17	12.698,59
	Feminino	33	22.878,79	16.912,93

Contudo, em termos médios, verificou-se que há diferenças significativas entre o valor de empréstimo concedido as mulheres em relação aos homens (Tabela 12) visto que, ao nível de significância de 5%, rejeita-se a hipótese nula de que as médias de valores de empréstimos concedidos a beneficiários do sexo masculino e feminino são iguais (sig. = 0.019 <0.05).

Tabela 12: Teste T de igualdade de médias.

Independent Samples Test

		Quantia pedida para empréstimo	
		Equal variances assumed	Equal variances not assumed
Levene's Test for Equality of Variances	F	5,693	
	Sig.	,019	
t-test for Equality of Means	t	-1,569	-1,498
	df	77	56,540
	Sig. (2-tailed)	,121	,140
	Mean Difference	-5226,61397	-5226,61397
	Std. Error Difference	3330,31969	3489,07230
	95% Confidence Interval of Lower the Difference		
	Upper	-11858,12769	-12214,59163
		1404,89976	1761,36370

O valor médio do empréstimo concedido é maior para os beneficiários do sexo feminino (Tabela 12) e esta constatação é confirmada pelo teste T para a significância da diferença de médias. Este facto pode ser justificado pela relação de confiança demonstrada pelos gestores da instituição credora para com as mulheres, no sentido de que, estas honram com os compromissos de empréstimo e mesmo quando não podem, preocupam-se em informar ao gestor acerca da impossibilidade de pagar, de momento, o empréstimo ou prestação. Este comportamento já não se verifica nos homens.

Em relação à proveniência de cada entrevistado (em que bairro vive), cerca de 70% afirmou que vive nos bairros periféricos da Cidade de Maputo. Esta constatação era previsível na medida em que, é onde a pobreza urbana é mais visível e por isso, este grupo é o mais susceptível a recorrer ao microcrédito para alguma actividade de rendimento que esteja ou queira começar a praticar.

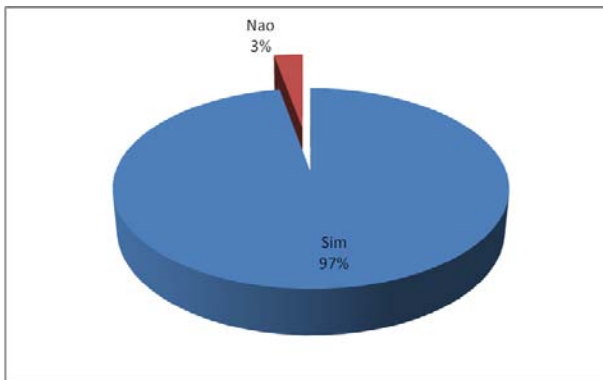


Gráfico 6: Chefe de agregado

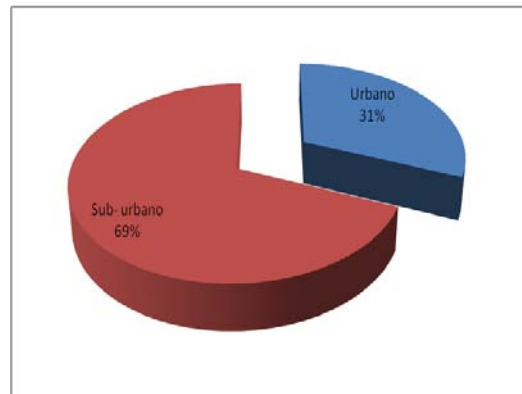


Gráfico 7: Residência

Uma das razões fundamentais para o insucesso dos créditos na banca comercial em Moçambique tem a ver com as garantias que são exigidas pelas instituições bancárias tradicionais que, muitas vezes, a maioria dos que procuram o crédito de forma particular, não têm. Ser proprietário de um imóvel, ter um fiador, as elevadas taxas de juro e ter um valor inicial que algumas vezes chega a 20% do valor pretendido no empréstimo são alguns dos grandes constrangimentos com se depara o indivíduo que procure se financiar através da banca.

As instituições de microcrédito proporcionam mais facilidades para a concessão do crédito mas, também exigem alguma garantia e, ter residência própria pode ser uma vantagem na busca de microcrédito nestas instituições.

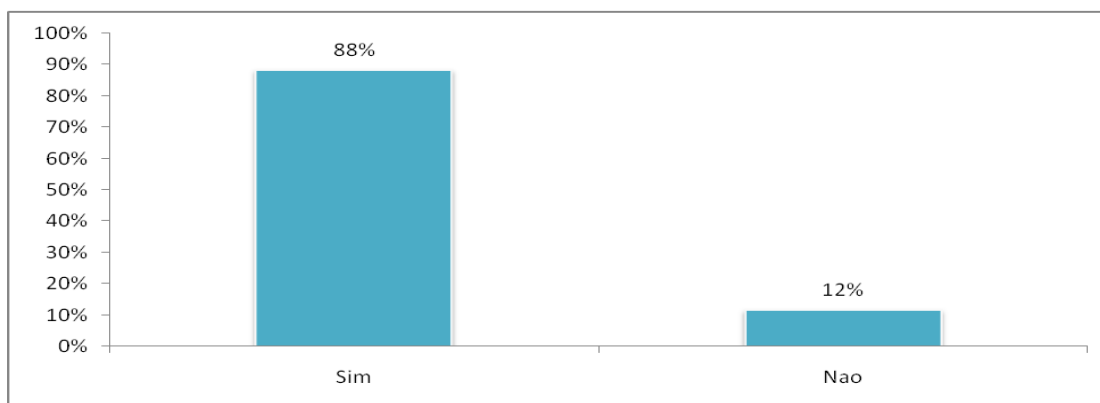


Gráfico 8: Propriedade de habitação

Com efeito, para a amostra de beneficiários entrevistados verificou-se que 88% afirmou que vive em casa própria. Esta constatação pode parecer contraditória uma vez que, se o indivíduo até possui casa própria. No entanto, é preciso compreender que para a realidade moçambicana e da Cidade de Maputo em particular, ter casa é, muitas vezes, ter um lugar onde se vive sem, contudo, dispor de condições convencionais de habitabilidade.

É do censo comum e alguns estudos demonstram que a maioria da população de baixo rendimento na cidade de Maputo é composta por indivíduos não naturais de Maputo, que vem a Maputo em busca de emprego e melhores condições de vida. Porém, segundo os dados constantes da Tabela 13 abaixo, apenas cerca de 20% do total de inquiridos é que, de facto, vieram de fora da Cidade de Maputo, dos quais, mais de 60% vem das províncias de Gaza e Inhambane que são as mais próximas de Maputo.

Tabela 13: Proveniência do beneficiário

Proveniência	Frequência	Percentagem
Província de Gaza	5	24%
Província de Inhambane	9	43%
Província de Sofala	3	14%
Estrangeiro	4	19%
Total	21	100%

Os resultados não confirmam a teoria avançada acima e, portanto, os elevados índices de pobreza urbana e consequente recurso as instituições de microcrédito para financiamento na Cidade de Maputo, podem ter a ver com a degradação das condições de vida das populações que sempre viveram na Cidade de Maputo e que têm a vida cada vez mais difícil.

Há também a presença duma percentagem considerável de beneficiários estrangeiros na amostra. O facto de o país gozar de uma estabilidade política e económica torna também refúgio de muitos jovens vindos de países africanos que enfrentam algumas dificuldades políticas e económicas e que, chegados a Moçambique, mais concretamente, na Cidade de Maputo, procuram formas de sobrevivência através de comércio e outras áreas económicas que necessitam de financiamento e, daí o recurso à banca e às instituições de microcrédito.

E suma, a partir dos resultados foi possível verificar que a maioria dos beneficiários aplica seus ganhos com a actividade financiada a partir do microcrédito para ajuda doméstica e educação e vimos também que cerca de 42% dos beneficiários praticam pequenos negócios. Vimos também que as elevadas taxas de juro e muita burocracia da banca comercial são os principais impedimentos para se recorrer a eles para financiamento. Além do facto de a maioria dos beneficiários inquiridos referir que houve mudança positiva significativa em sua vida por causa do financiamento, grande parte destes são também empregadores.

Estas constatações alicerçam a afirmação de que as instituições de microcrédito são uma mais-valia para a economia moçambicana e tem vindo a cumprir com seus propósitos no sentido de ajudar na redução da pobreza absoluta em Moçambique e na Cidade de Maputo em particular.

6. CONCLUSÃO

A essência do microcrédito tem a ver com o apoio e suporte que se precisa prestar à camada mais desfavorecida e vulnerável da sociedade e este objectivo norteou a criação da primeira instituição de microcrédito em 1990 na Ásia, como corolário da teoria de “não dar peixe mas sim, ensinar a pescar”. Com a disseminação desta forma de ajuda às populações pobres, através de microcréditos, excluídas do sistema bancário convencional por causa de exigências impossíveis de satisfazer para a maioria dos requerentes e excesso de burocracia para aceder a um crédito, as instituições de microcrédito também chegaram a África e a Moçambique em particular, e desde o surgimento da primeira instituição de microcrédito em 1991, muitos tem sido os moçambicanos que têm recorrido a esta forma de financiamento para começar ou aumentar as suas actividades de rendimento.

Os dados destes estudos mostram que, realmente, as elevadas taxas de juro, e as garantias exigidas para os empréstimos são as principais razões que levam os requerentes ao crédito a optar pelo recurso ao microcrédito em detrimento da banca comercial. No entanto, a pouca divulgação destes serviços e a iliteracia bancária da maioria dos moçambicanos tem tornado o microcrédito pouco popular e por isso, é ainda muito pequeno o número de cidadãos de Maputo que tem recorrido a esta forma de financiamento.

Os resultados mostram também que, dos beneficiários de microcréditos, a maioria afirma usar os ganhos das actividades inerentes ao financiamento para a educação dos filhos, aumento do rendimento familiar e compra de bens duráveis. Isto mostra que, de certa forma, o microcrédito tem ajudado a melhorar a condição de vida dos seus beneficiários e contribui para a redução da pobreza de uma forma geral.

A influência do microcrédito na melhoria de vida dos mais desfavorecidos é também confirmada a partir da constatação de que a maioria dos seus beneficiários são indivíduos de baixo rendimento, funcionários ou não, e residentes nas zonas suburbanas da Cidade de Maputo e que servem-se desta forma de financiamento principalmente para iniciar uma actividade de rendimento e aumentar a rendimento familiar.

As mulheres são o grupo que embora recorra em menor número a esta forma de financiamento, são aquelas a quem é dado maior valor de crédito e, sendo a mulher a maioria da população moçambicana,

esta postura da SOCREMO contribui também para a valorização desta importante camada da sociedade moçambicana.

Embora os dados também mostrem que, na realidade as taxas de juros praticadas pelas instituições de microcrédito e em particular pela SOCREMO, têm vindo a recrudescer com passar dos anos, estando em alguns casos e para certos valores de empréstimo, a aumentar de tal forma que superam a banca comercial, na essência, o microcrédito trouxe vários benefícios para os residentes da Cidade de Maputo e para o país no geral e tem sido um grande aliado na luta contra a pobreza absoluta e urbana no país.

7. RECOMENDAÇÕES

As conclusões desta investigação mostram que muitos têm sido os benefícios para os residentes da cidade de Maputo, e quiçá do país, decorrentes da actividade da SOCREMO em particular e das instituições de microcrédito no geral. Porém, as instituições de microcrédito ainda não conseguem sanar de forma eficaz e com maior eficiência as reais necessidades do seu grupo alvo pelo que, é oportuno avançar algumas sugestões para a melhoria da prestação dos serviços de microcrédito por parte das instituições e dos seus beneficiários:

- Maior atenção para o fenómeno de crescimento de taxa de juro para valores de crédito elevados na SOCREMO, que pode vir a desvirtuar a missão da instituição;
- Maior divulgação e disseminação dos serviços de microcrédito por parte da SOCREMO e das instituições de microcrédito no geral, principalmente nos mercados e zonas suburbanas;
- Promover sessões de formação para os beneficiários de forma a dotá-los de conhecimentos básicos de gestão e negócio, uma vez que, a maioria usa o financiamento para iniciar ou aumentar uma actividade comercial;
- Continuar a prover serviços de microcrédito para as camadas mais desfavorecidas da sociedade moçambicana com vista a, desta forma, contribuir cada vez mais para o alívio da pobreza absoluta na Cidade de Maputo e no país.

BIBLIOGRAFIA

Faísca, Luís Miguel; Freitas, Maria João e Maia, Hortense Lopes (1992), *Para Gameiro, Aires (1987), Iniciação à dinâmica das sociedades e dos grupos*. 2ª ed. Porto: Edições Salesianas.

J. Fred Weston, Eugene F. Brigham, *Fundamentos da Administração Financeira* 10ª Edição (2000),

João Carvalho das Neves *Análise Financeira, Técnicas Fundamentais*, Texto Editores (2006),

José A. Tomo *Psico Microfinanças; Solução para o Combate à Pobreza?* Escolar Editora (2010);

Josette peyrard, *Gestão Financeira com Exercícios*, Publicações Dom Quixote 1ª Edição (1992),

Mela, Alfredo (1999), *A sociologia das cidades*. Lisboa: Editorial Estampa. *um estudo das representações sociais da pobreza em meio urbano*. Lisboa:

NEGRI, ASTOLFI &. *TECNICA BANCARIA*. Bresso: Tramontana, 1984.

PARPA I Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta, 2001-2005

PARPA I Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta 2006-2009

ROSE, Peter S. *Money and Capital Markets - Financial Institutions and Instruments in a Global marketplace*. New York: McGraw-Hill, 2000

Stiglitz, J. 1990. .Peer Monitoring and Credit Markets.. *World Bank Econ. Rev.* 4(September, 1990): 351-66

Stiglitz, J. and A. Weiss. .Credit Rationing in Markets with Imperfect Information.. *Amer. Econ.*

VON STOCKHAUSEN, J. (1998). “The Role of Governmental Organizations for Financial Markets”, *Savings and Development*, Vol. XI, n. 2, pp. 201-215

<http://microcredito.wordpress.com/origem-do-microcredito/> (acedido em Junho de 2011)

<http://www.angelfire.com/pro/economiaplanificada/> (acedido em Junho de 2011)

<http://www.apb.pt> (acedido em Novembro - 2011)

Wikipédia, a enciclopédia livre. (acedido em Dezembro de 2010)

www.mf.gov.mz (acedido em Setembro de 2011)

www.microcredito.com.pt (acedido em Julho de 2011)

www.socrema.com (acedido em Julho de 2011)

www.boncomoc.mz(acedido em Julho de 2011)

www.bip.gov.mz(acedido em Julho de 2011)

www.ssrn.com(acedido em Julho de 2011)

ANEXOS

Questionário feito nas agencias da SOCREMO

1. Tipo de negócio
2. A quantia pedida para emprestimo de 0-----49.000,00Mtn; 50.000,00Mtn-----100000,00Mtn, 101000,00Mtn--- 200000,00Mtn e de 200000Mtn ----500000Mtn
3. Tem honrado com os prazos de pagamento sim / não
4. No caso de não cumprir com o pagamento sabe quais serão as sanções?
5. Em que é que gasta o dinheiro que ganha?1- escola, (livros, chapas, uniforme), 2- bens duráveis, ajuda domestica.
6. Antes como financiava essas dispesas
7. Porque é que não foi pedir o emprestimo no BIM, BCI ou num outro banco comercial
8. Sabe as taxas praticadas pelos bancos comerciais? Sim/Não
9. Sabe qual é a taxa de juro que paga pelo emprestimo?
10. Teve que hipotecar algum bem?Sim/Não
11. Porque é que recorreu ao microcrédito?
12. Depois que teve o emprestimo mudou alguma coisa na sua vida? Sim/Não
13. Tem tido dificuldades para pagar o emprestimo?Sim/Não
14. Tem outro rendimento para além do rendimento do negócio?Sim/Não
15. Tem alguem a trabalhar para si?Sim/Não
16. Se sim quantas pessoas 1—2 pessoas 3---5 de 6 ou mais pessoas
17. É chefe da familia? Sim/Não
18. Qual é o agregado familiar? 1—2 3----5 de 6 ou mais
19. Em que bairro vive?
20. Vive na casa própria / Arrendada
21. Sempre viveu na cidade de Maputo? Sim/ Não
22. Onde vivia antes de vir a cidade de Maputo?

Lei nº.01/92

Define a natureza, os objectivos e funções do Banco de Mocambique como Banco Central da República de Moçambique.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lei nº. 01/92

De 03 de Janeiro

A actual conjuntura política e económica do país impõe às instituições de crédito uma nova dinâmica na sua actuação como impulsionadoras do desenvolvimento económico.

A implementação do Programa de reabilitação económica e Social e o relacionamento cada vez mais alargado do Banco de Mocambique com instituições financeiras internacionais vieram a acelerar a necessidade de uma maior operacionalidade do Banco Central no seu papel de formulador e gestor da política monetária e de crédito e de supervisor do sistema financeiro nacional.

A materialização desses objectivos passa, necessariamente, pela separação institucional das funções de Banco Central das de Banco Comercial, por forma a permitir que o Banco de Mocambique assumia plenamente as suas funções de Banco Central e a conferir maior competitividade aos bancos comerciais.

Nestes termos, ao abrigo do disposto no nº.1 do artigo 135 da Constituição, a Assembleia da República determina:

CAPÍTULO I

Da natureza, sede, objectivo e fins

ARTIGO 1

1. O Banco de Mocambique, neste diploma designado por “banco” é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira, com a natureza de empresa pública.
2. O Banco rege-se pelas disposições do presente diploma e dos regulamentos que venham a ser adoptados em sua execução.
3. O Banco tem a sua sede em Maputo e criará filiais ou agências, genericamente designadas por dependências, onde as necessidades do exercício das suas funções o justifiquem.

ARTIGO 2

O Banco de Mocambique é o Banco Central da República de Moçambique.

ARTIGO 3

1. O Banco tem por objectivo principal a preservação do valor da moeda nacional.
2. No prosseguimento do seu objecto, o Banco visa ainda alcançar os seguintes fins:
 - a) promover a realização de correcta política monetária;
 - b) orientar a política de crédito com vista à promoção do crescimento e desenvolvimento económico e social do país;
 - c) gerir disponibilidades externas de forma a manter adequado volume de meios de pagamento necessários ao comércio internacional;
 - d) disciplinar a actividade bancária;
3. Na realização dos objectivos definidos nos n.ºs. 1 e 2 do presente artigo, o banco observa as políticas do Governo.

Artigo 103
(Agricultura)

1. Na República de Moçambique a agricultura é a base do desenvolvimento nacional.
2. O Estado garante e promove o desenvolvimento rural para a satisfação crescente e multiforme das necessidades do povo e o progresso económico e social do país.